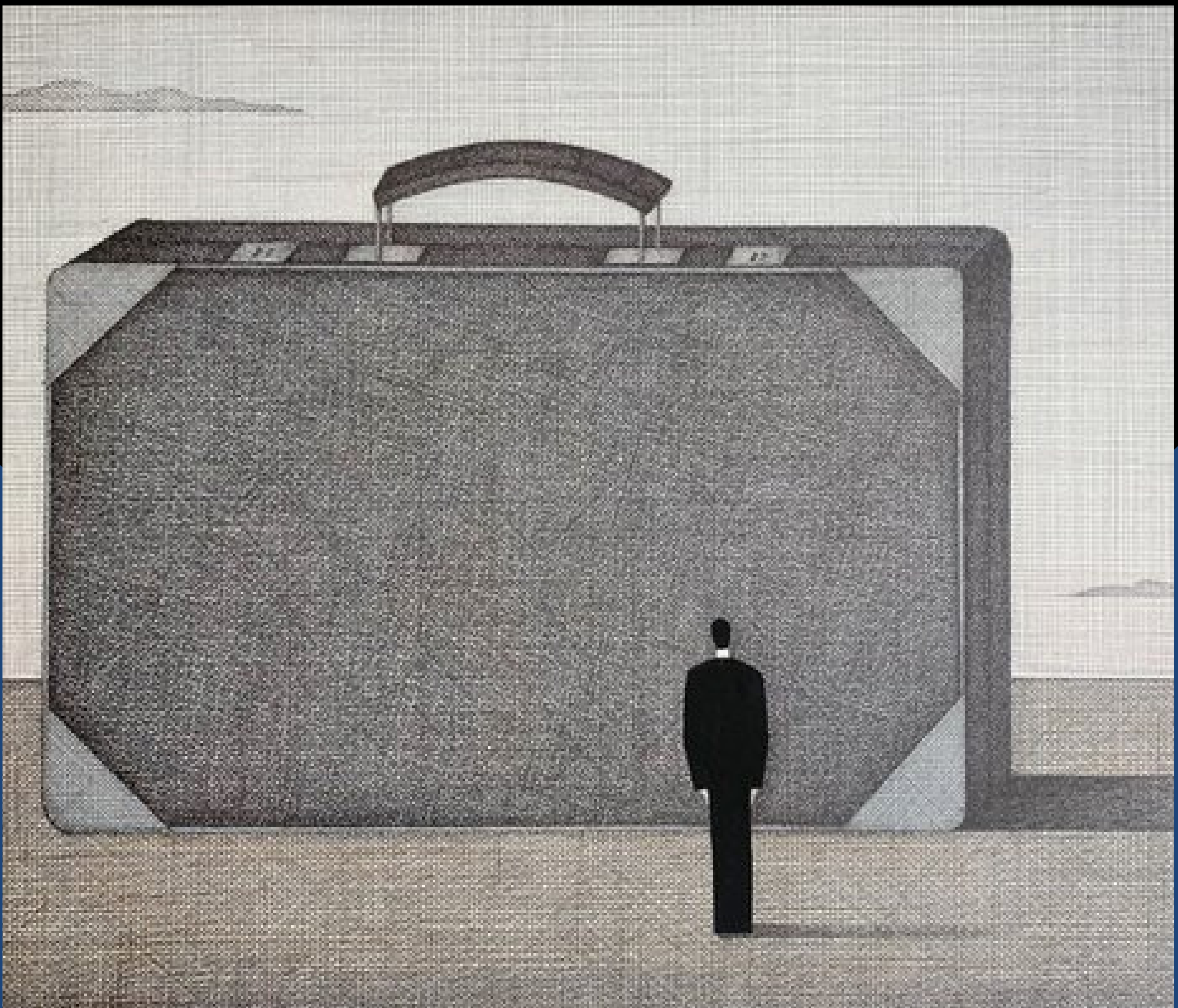


# As Elites Ministeriais Liberais

## Perfil de Recrutamento Educativo- Profissional



 UNIVERSIDADE  
BEIRA INTERIOR



+Liberdade

 **PRAXIS**  
Centro de Filosofia, Política e Cultura

Pedro Figueira

# **As Elites Ministeriais Liberais**

## **Perfil de Recrutamento Educativo-Profissional**

**Pedro Figueira<sup>1</sup>**

**Julho (2023)**



---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política (Universidade de Aveiro e Universidade da Beira Interior), Mestre em Ciência Política (Universidade da Beira Interior) e Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais (Universidade da Beira Interior). É assistente académico/tutor na Universidade Aberta e desempenhou funções como bolsheiro de investigação na unidade de investigação PRAXIS – Centro de Filosofia, Política e Cultura da Universidade da Beira Interior. As suas principais áreas de investigação focam-se nas elites políticas, o governo, o liberalismo, os partidos políticos e a união europeia.

*À Catarina,  
por partilharmos o mesmo leme.  
Aos meus pais e avós,  
por não me deixarem afundar.*

## **Agradecimentos**

Este livro é um resultado direto da dissertação de mestrado intitulada “O Perfil Educativo e Profissional das Elites Ministeriais Liberais”, defendida em janeiro de 2023, na Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior. Tendo sido esta elaborada no âmbito do projeto de investigação *GovLib: A composição e o impacto dos governos liberais no contexto da União Europeia*, desenvolvido no PRAXIS (Centro de Filosofia, Política e Cultura da Universidade da Beira Interior) e financiado pelo Instituto Mais Liberdade. No entanto, esta é uma publicação que beneficia da integração de algumas das importantes dicas e conselhos fornecidos pelo júri do ato público de defesa de mestrado, indo, por isso, mais além do conteúdo originalmente apresentado na dissertação. Fico grato por todos os comentários e sugestões, ciente de que qualquer gralha evidenciada ao longo do texto depende única e exclusivamente de mim.

Esta dissertação foi uma verdadeira jornada, com princípio, meio e fim. Uma jornada cheia de alegria e de tristeza, de partilha e de privação, de motivação e de desânimo. A dissertação agora cheia de vida e com um filho (este livro), fez-me perceber que a mesma não veria a “luz do dia”, se não fossem as pessoas insubstituíveis que me acompanharam. A todas elas, cabe-me aqui dedicar algumas palavras.

Ao meu orientador, Professor Pedro Silveira, pela entrega, pela exigência, pelo rigor científico, mas ainda pelo seu entusiasmo e pela clareza das suas observações. Foi, sem dúvida, uma honra ter sido seu orientando e ter aprendido tanto em tão pouco tempo. Alargar ainda os meus agradecimentos aos membros da equipa de investigação, da qual fiz orgulhosamente parte. Ao Professor Bruno Costa, do qual nutro enorme estima e respeito; ao Professor Hugo Lopes, do qual agradeço toda a disponibilidade, dicas, e conselhos; e ao David Amaro, por todas as discussões filosóficas e momentos de desabafo quando as horas vagas o permitiam.

Àqueles cujo sangue nos une. À minha família, por estarem sempre comigo. Em particular, aos meus pais, que mesmo no silêncio das palavras me compreendem; aos meus avós, que mesmo na sua simplicidade e genuinidade me confortam; e à minha namorada, a quem tudo quero dizer, mas que me faltam as palavras certas. Ainda agora a nossa história começou. Mas ainda àqueles cujo sangue não nos une, mas cuja vida nos encarregou de unir. Aos amigos próximos, fiéis companheiros de bons e maus momentos, bem como a todos os colegas que tive o prazer de conhecer nesta jornada.

A nível institucional, cabe-me expressar os meus agradecimentos à Universidade da Beira Interior e ao Praxis – Centro de Filosofia, Política e Cultura, que me permitiram crescer tanto ao nível pessoal como profissional, bem como permitiram ter o meu primeiro contacto com a investigação científica. Por último, ao Instituto Mais Liberdade por acreditarem nesta publicação e permitirem que seja lançada e divulgada para o mundo.

Por tudo isto e muito mais, obrigado.

# Índice

Agradecimentos.....	ii
Índice de Tabelas.....	v
Introdução.....	1
Capítulo 1 - Revisão de Literatura.....	4
1.1. As elites liberais na Europa.....	4
1.2. As elites ministeriais e a importância das características educativas e profissionais.....	9
1.2.1. Experiências políticas prévias.....	11
1.2.2. Características sociodemográficas.....	12
Capítulo 2 - Enquadramento Metodológico.....	18
2.1. Problema, pergunta e hipóteses de investigação.....	18
2.2. Escolha dos casos, período temporal e fontes.....	23
2.3. Operacionalização.....	26
2.3.1. Características educativas.....	26
2.3.2. Características profissionais.....	28
2.3.3. Pertença a um governo liberal.....	29
2.4. Contexto institucional dos países.....	30
Capítulo 3 – Credenciais Educativas e Profissionais dos Ministros Liberais.....	33
3.1. Credenciais educativas.....	33
3.1.1. Nível de escolaridade.....	33
3.1.2. Áreas de formação.....	35
3.1.3. Natureza do percurso educativo.....	38
3.2. Credenciais profissionais.....	41
3.2.1. Principal ocupação profissional na carreira.....	41
3.2.2. Natureza de atividade da ocupação profissional.....	45
3.2.3. Profissionais liberais.....	46
Conclusão.....	48
Bibliografia.....	51
Webgrafia.....	65
Anexos.....	66

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Traços dos governos e dos ministros por país .....	25
Tabela 2 – Contexto institucional dos países em análise .....	30
Tabela 3 – Nível de escolaridade dos ministros .....	33
Tabela 4 – Áreas de formação académica dos ministros.....	35
Tabela 5 – Percorso educativo de natureza pública dos ministros .....	38
Tabela 6 – Percorso educativo de natureza privada dos ministros.....	39
Tabela 7 – Percorso educativo no ensino estrangeiro dos ministros .....	40
Tabela 8 – Principais profissões exercidas pelos ministros .....	42
Tabela 9 – Profissões exercidas na área económica pelos ministros .....	43
Tabela 10 – Natureza da ocupação profissional exercida pelos ministros.....	45
Tabela 11 – Profissões liberais exercidas pelos ministros .....	46

# Introdução

No arranque do ano de 2023, tendo como pano de fundo as sucessivas exonerações de ministros e secretários de Estado do XXIII Governo Constitucional de Portugal, o ex-governante e ex-líder partidário, Paulo Portas, na habitual crónica televisiva *Global*, que conduz, comentava “sempre tive uma divergência com António Costa quanto ao perímetro do recrutamento. (...) Ele [António Costa], ao fim de sete anos, decidiu fazer o recrutamento, (...) dentro das fações do partido, (...) e isso reduz muito a qualidade”. Para além disso, reiterou que “nas pessoas que convidei para o governo, procurei sempre ir buscar pessoas com experiência profissional e com competências no conhecimento académico porque eu acho que isso beneficia a ação do governo”, tendo como principal enfoque o perfil dos ministros selecionados<sup>2</sup>. Esta observação fez logo realçar a importância das credenciais educativas e profissionais para o perfil de recrutamento dos membros do executivo.

O realce destas duas características sociodemográficas pode não ter sido inusitada, uma vez que ambas são vistas como determinantes para conhecer “quem são” os governantes e o porquê de quem decide optar por escolher indivíduos marcados por deterem características diferenciadoras nestes dois campos do recrutamento. Neste sentido, os ministros (e primeiros-ministros) são especialmente relevantes, na medida em que se constituem como os principais “braços” da governação do executivo. Embora, nem sempre estas características particulares tenham tanto destaque como o perfil político nos *media*, vão despontando alguns contributos no espaço científico.

Apesar de ser longo o historial da literatura focada nas características gerais do recrutamento das elites governativas e ministeriais (Blondel, 1985; Blondel & Thiébault, 1991; Almeida, Pinto, & Bermeo, 2003; Siavelis & Morgenstern, 2008; Teruel, 2011; Pinto, Cotta, & Almeida, 2018), desconhecemos a existência de literatura comparativa e especializada para as credenciais educativas e profissionais das elites ministeriais. Assim, a exploração desta questão revela-se fértil, uma vez que a inexistência de contributos especializados abre porta a que se estude esta questão a partir de ângulos de análise muito diversos. Entre eles, encontra-se o estabelecimento de uma relação entre o perfil de recrutamento dos ministros e a ideologia dos partidos que formam o governo. Um exemplo destes partidos são os liberais, já que, comparativamente a outros partidos,

---

<sup>2</sup> Para consultar estas declarações, ver a plataforma online *TVI Player*, de 9 de janeiro de 2023. Disponível em <https://tviplayer.iol.pt/programa/global/5be61e160cf24b061e976986/video/63bb5ee60cf28f3e15c670b7> [Consultada em 10-01-2023].

estes não só estão menos estudados como são particularmente interessantes de analisar neste âmbito, já que apresentam particulares traços ideológicos que podem ser escrutinados no percurso educativo-profissional dos ministros.

Assim, traçou-se como principal objetivo nesta investigação, compreender como é que os governantes de partidos liberais, no momento de escolha dos ministros para a formação do governo, se individualizam face aos governantes de partidos não liberais, quando comparados especificamente nas suas experiências educativas e profissionais.

Com vista a alcançar este objetivo, serão analisados todos os ministros de governos compostos totalmente (de partidos) liberais e de (partidos) não liberais da União Europeia, nas duas últimas décadas, mais concretamente, entre 2000 e 2020. Em virtude da aplicação deste critério, utilizar-se-ão dados para a análise comparada de 396 ministros, integrados em 21 executivos, que se estendem a seis países (Dinamarca, Estónia, Irlanda, Lituânia, República Checa e Roménia), pois apenas nestes países existiram governos totalmente liberais. Recorre-se a uma análise quantitativa, visto que diz respeito a um vasto número de observações, tendo como objetivo operacionalizar vários indicadores que permitem traçar as características de recrutamento educativo-profissional dos ministros. A informação foi recolhida com base em fontes primárias oficiais dos governos (sítios oficiais dos governos e currículos dos atores governativos) e fontes secundárias de carácter biográfico e jornalístico.

A expectativa é a de que as credenciais do recrutamento reflitam a ideologia dos partidos do governo, pois seriam levadas em consideração no processo de recrutamento de ministros.

Deste modo, visa-se responder à seguinte pergunta de investigação: “Em que medida as características educativas e profissionais dos ministros de governos liberais se distinguem das de ministros de governos não liberais?”. Esta inquirição visa compreender até que ponto os partidos liberais ao apresentarem linhas ideológicas próprias (por exemplo, a forte aposta no setor económico e no setor privado) que os singularizam face a outros partidos, tendem a escolher governantes que refletem essas mesmas linhas no que diz respeito à educação e à profissão.

Com esta investigação visa-se contribuir duplamente para o conhecimento científico. Por um lado, fornecendo pistas relevantes sobre a natureza da elite ministerial liberal no que toca a estas características fundamentais no recrutamento, um tema até então inexplorado a nível ministerial. Por outro lado, fomentando o conhecimento sobre o recrutamento da elite ministerial, dando-lhe um novo prisma de análise, considerando o papel da ideologia dos partidos que integram as soluções governativas.



A presente investigação sustenta-se em três capítulos. Em primeiro lugar, desenvolve-se uma revisão sistemática da literatura que integra contributos sobre os traços mais marcantes do recrutamento das elites governativas e ministeriais em geral e da elite liberal em particular, remetendo para a importância das características educativas e profissionais neste processo. Através desta revisão da literatura, fundamenta-se a necessidade de exploração da educação e profissão para a seleção ministerial de acordo com a ideologia dos partidos liberais do governo.

De seguida, o segundo capítulo foca-se em apresentar o desenho metodológico utilizado ao longo deste trabalho. A partir deste capítulo são explicitadas todas as questões teórico-metodológicas, o que inclui esclarecimentos sobre o problema, a pergunta e as respetivas hipóteses de investigação. Para além disso, é explicado o critério adotado, bem como as operacionalizações empregues para os indicadores que permitem atingir os objetivos propostos. Nele procede-se ainda a uma contextualização institucional dos países em análise, com vista a revelar a elevada variabilidade que este critério proporciona para a criação de conclusões.

No terceiro e último capítulo, analisam-se, por um lado, os resultados obtidos para as credenciais educativas da elite ministerial liberal. Com esta finalidade, foi feita uma descrição e interpretação dos dados referentes a vários indicadores do percurso educativo destes intervenientes governativos como o nível de escolaridade, as áreas de formação académica e a natureza do percurso educativo, numa tentativa de perceber se existem razões para afirmar que os ministros (de governos) liberais se individualizam em termos educativos. E, por outro lado, procurou-se estabelecer a mesma ligação, desta feita, para a profissão da elite ministerial liberal. Tendo sido tratados indicadores referentes à principal ocupação profissional de carreira, às profissões desempenhadas na área da Economia, à natureza da atividade profissional e às profissões exercidas por conta própria pelos ministros, apresentam-se e discutem-se os resultados quanto à experiência profissional destes atores.

# Capítulo 1 - Revisão de Literatura

## 1.1. As elites liberais na Europa

O liberalismo tem acompanhado a evolução das democracias desde as revoluções atlânticas da Modernidade. Enquanto a democracia é uma resposta para a pergunta “quem governa?”, o liberalismo prescreve quais os limites impostos ao seu poder quando assumem funções (Plattner, 2019: 7). Por estes motivos, a democracia liberal assenta num conjunto de mecanismos representativos – serve de exemplo, o constitucionalismo ou o Estado de direito e a separação de poderes – que garantem que, na impossibilidade de o povo exercer diretamente a sua soberania, estes possam eleger livremente representantes que materializem a vontade popular.

Neste contexto, merece destaque o papel dos partidos no modelo representativo de democracia, assumindo-se aqueles como importantes elos de ligação entre o Estado e a sociedade civil (Mair, 1994). Assim, este modelo democrático liberal, ainda que não seja o único existente, é aquele que mais se encontra disseminado pela Europa. Ademais, os valores liberais foram determinantes tanto em moldar como em refletir o carácter dos sistemas sociais e económicos dos Estados modernos ocidentais (Bellamy, 1993: 24), tendo sido as suas vertentes económica e social as que mais se notabilizaram. O liberalismo clássico, ou liberalismo económico, faz a defesa, por um lado, das liberdades e direitos individuais (Berlin, 2002 [1969]: 210) e, por outro, da economia de mercado, por oposição à regulação pública (Cholova & De Waele, 2019: 234). Consequentemente, os liberais tendem a desconfiar do papel do Estado, o que se traduz numa menor intervenção sua na economia (Smith, 1988). Por essa mesma razão, os seus defensores privilegiam a iniciativa privada. Como redigiu John Locke (2003 [1689]: 111):

“Though the earth, and all inferior creatures, be common to all men, yet every man has a property in his own person: this nobody has any right to but himself. The labour of his body, and the work of his hands, we may say, are properly his”.

Contrariamente, o novo liberalismo, ou liberalismo social, aposta a sua narrativa no direito de o Estado ser maior e mais regulador da sociedade civil e, mais concretamente, dos direitos individuais dos cidadãos, colocando a entidade estatal no centro da política económica, com vista a alcançar a justiça social (Seiler, 2002: 48). É, aliás, através do posicionamento socioeconómico que reside a clássica clivagem ideológica entre liberais.

Neste sentido, o liberalismo político alicerça-se na diferenciação central entre o Estado e a sociedade civil. O Estado deve apenas regular e facilitar a interação social, ao invés de substituir a iniciativa individual através da gestão estatal das instituições sociais (Bellamy, 1993: 27). Contudo, “the success of political liberalism (often coupled with economic liberalism) should have made civil society less dependent on the state and should have thus increasingly empowered its less *étatiste* components” (Cotta & Almeida, 2007: 55; *italico no original*). No entanto, isso não impediu que o liberalismo criasse condições férteis para o desenvolvimento de partidos que pudessem aderir a esta matriz ideológica (Krastev, 2007).

Os partidos liberais ocupam hoje um espaço relevante na estrutura institucional das democracias, apesar de se verificarem oscilações na sua expressividade em função da zona geográfica em análise, como se pode verificar, a título exemplificativo, nos países nórdicos (com maior presença) por comparação às nações do sul europeu (com menor presença). Todavia, essa expressividade não parece ser equivalente a um maior volume de investigações<sup>3</sup> académicas ao longo dos anos (Kirchner, 1988; De Winter, 2000; Delwit, 2002). Deste modo, a literatura que aborda específica e sistematicamente as particularidades dos partidos liberais é ainda escassa, daí que as suas raras menções na literatura internacional apareçam em obras dedicadas às diversas famílias partidárias e aos seus posicionamentos ideológicos (Mair & Mudde, 1998; Ennser, 2012; Freire & Tsatsanis, 2015) ou aos europartidos (Hix & Lord, 1997; Smith, 2014).

Em relação ao primeiro grupo de leituras, os partidos liberais têm sido descritos como estando tendencialmente localizados no centro do espectro político (Kirchner, 1988; Close, 2019). Simultaneamente, são vistos como possuidores de elevada amplitude ideológica (Smith, 1988), sendo isso notado também ao nível dos seus manifestos ou programas eleitorais (Hearl, 1988; Volkens *et al.*, 2021). Como referiram Close e van Haute (2019a: 368), “liberal parties do present a distinctive set of policy positioning – that is, liberal parties can be distinguished from other parties and families on the basis of their ideology and programmatic position”.

No que toca ao segundo grupo, os partidos liberais no espaço comum europeu são tipicamente caracterizados pela sua posição favorável face ao processo de integração (Hooghe, Marks, & Wilson, 2002). Foi a partir da última década que os partidos liberais reforçaram o seu compromisso pró-europeu, tanto ao nível económico como cultural, devido ao impacto da clivagem transnacional e da questão europeia nas agendas nacionais dos países (Close & Legein, 2023: 151). Para além destas, existem outro tipo de

---

<sup>3</sup> Margulies (2014) e Close e Legein (2023) para um vislumbre dos atuais desenvolvimentos na família partidária liberal.

leituras que procuram retratar o perfil do eleitorado que vota em partidos liberais. Alguns desses resultados empíricos têm demonstrado que o voto se concentra em classes sociais médias e altas com educação superior e que detêm perfis profissionais tendencialmente autônomos como trabalhadores por conta própria (Close & Delwit, 2019). Foi, no entanto, apenas com a publicação do manuscrito coletivo *Liberal parties in Europe* (2019b), editado por Caroline Close e Emilie van Haute, que se tornou possível alargar a compreensão sobre os partidos liberais no “velho continente”, através do uso de uma abordagem sistemática e comparativa, o que permitiu revelar particularidades quer ao nível do papel interno quer do papel externo destes nas instituições políticas.

Na obra mencionada, alguns dos autores contribuem para a discussão teórica alertando para algumas das características singulares dos liberais quando assumem funções executivas. Tal como a volatilidade eleitoral (Close & Delwit, 2019), estes caracterizam-se pela sua melhor representatividade governativa face à parlamentar, sendo nomeadamente visível no número de pastas ministeriais que obtêm (Kirchner, 1988; Hellström & Walther, 2019). Ademais, os partidos liberais são considerados particularmente úteis na formação do governo, sobretudo em coligações. Esta utilidade deve-se ao “their ambivalent positioning along the two main cleavages, (...) provide them with enough flexibility to reach compromises with their partners as regard policy priorities and orientation in coalition agreement” (Close & van Haute, 2019a: 370). Os partidos liberais são ainda interpretados como um meio utilizado pelos partidos maiores para estes atingirem os seus objetivos de governar, sendo que estes últimos os recompensam com a atribuição de ministérios muitas das vezes acima da sua proporcionalidade eleitoral (Browne & Franklin, 1973; Warwick & Druckman, 2006; Ecker & Meyer, 2019). Não obstante a discussão iniciada e consolidada em torno dos partidos e governos liberais, a mesma encontra-se circunscrita, na sua maioria, a estudos de caso onde os liberais têm maior projeção mediática e governativa (Daalder & Koole, 1988; Kosiara-Pedersen, 2019), deixando de parte uma análise transversal capaz de gerar um retrato aprofundado do perfil das elites liberais.

Apesar dos desenvolvimentos feitos, existem escassos registos que se centrem na compreensão da natureza concreta das elites políticas liberais, mais concretamente na exploração das suas características sociodemográficas e políticas. Os poucos resultados encontram-se dispersos pelas várias subcamadas que compõem a elite liberal.

A observação de que a passagem pela política local e regional se consubstancia numa condição importante para integrar as elites políticas mantém-se válida (Thiébault, 1991a; Almeida, Pinto, & Bermeo, 2003; Teruel, 2010; Müller-Rommel, Kroeber, & Vercesi, 2020). Nesse percurso, os aspirantes acabam por acumular capital político que os

aproximam de importantes redes de contacto em volta de centros de poder. Neste sentido, a entrada dos atores liberais nas elites locais e regionais não constitui uma exceção. É o caso dos altos representantes municipais liberais, com especial destaque para os presidentes de câmara, que se diferenciam por terem um perfil sociodemográfico próprio. De acordo com uma publicação de Steyvers e Reynaert (2006), são normalmente compostos por homens - embora os partidos liberais consigam eleger maior quantidade de mulheres em comparação com outros partidos -, com um perfil etário médio situado, nos 54 anos. São oriundos de centros urbanos, dispõem de alta formação cognitiva e intelectual e têm um currículo pautado pela carreira de professor.

Ao nível do parlamento, Ruostetsaari (2007) caracteriza os deputados liberais com base em quatro eixos: sexo, educação, profissão e experiência política. Sobre o primeiro, existe a tendência para a equidade entre os sexos, verificando-se um crescimento da representatividade feminina na elite parlamentar liberal (Ruostetsaari, 2007: 250). No caso da educação, estes são associados a padrões de instrução superiores face aos seus pares europeus de outras famílias partidárias, com especial enfoque na aquisição de graus académicos na área do Direito. Verificou-se ainda a obtenção mais frequente de diplomas em ciências naturais, engenharias e tecnologia e em medicina face à média dos restantes deputados. Uma das explicações apontadas é a modificação nas estruturas profissionais, tendo como efeito a diminuição do número de profissionais ligados ao setor público com frequência de ensino superior (Ruostetsaari, 2007: 229-233, 248). Já em relação à profissão, o setor público apresentou-se dominante no *background* destes representantes eleitos até às mais recentes décadas (Cotta & Best, 2000: 509; Cotta & Almeida, 2007; Best & Semenova, 2015: 441-442; Best & Vogel, 2018: 348). No entanto, os liberais de esquerda recorrem normalmente mais a profissões do setor público em relação aos liberais de direita que, por sua vez, são mais frequentes do setor privado (Ruostetsaari, 2007: 233-234, 241). A Dinamarca não constitui uma exceção a uma das partes dos liberais, pelo que apresentou uma elevada proporção de deputados com experiências profissionais ligadas ao Público, em cargos como os de ensino (Jensen, 2003: 93-94). O mesmo cenário de forte ligação ao setor público encontra-se na Estónia (Kuklys, 2014: 106, 2019: 126), na Lituânia (Matonytė & Šumskas, 2014: 154) ou ainda na República Checa (Mansfeldová, 2014: 47) – o que se deve, em grande medida, ao número significativo de funcionários administrativos do Estado. Para além disso, os grupos parlamentares liberais são comumente compostos por indivíduos com uma forte relação à área económico-financeira (Gaxie, 2018: 501-502), sendo comprovada esta tendência particularmente em deputados vindos de partidos de direita liberal (Ruostetsaari, 2007: 249).

Por fim, os liberais são reconhecidos por construírem sólidos *backgrounds* políticos ao nível local, regional e nacional antes de entrarem no parlamento (Ruostetsaari, 2007: 242). Estes resultados foram relatados para a coligação entre o Partido Liberal e o Partido Nacional na Austrália (Van Onselen, 2004) e para o Partido Liberal Democrata no Reino Unido (Allen, 2013). Nestes casos, os deputados tiveram experiências políticas locais antes de serem eleitos para as suas funções. Contudo, apesar de estudos como estes últimos permitirem perceber melhor os contornos da elite liberal, acabaram por ficar limitados à elite parlamentar e muito centrados no contexto anglo-saxónico.

No que toca ao caso português, a elite política liberal tem recebido pouca atenção e tratamento por parte da literatura. Na verdade, embora não existam estudos específicos sobre a elite liberal, até porque os partidos liberais em Portugal são muito recentes, existem outros que invocam algumas questões históricas sobre as raízes do liberalismo, numa tentativa de conciliar esses pressupostos com os das elites dos partidos liberais. Em 1995, com a tese de doutoramento de Pedro Tavares de Almeida (1995) conheceu-se o principal contributo pioneiro neste sentido. A partir desta publicação foram identificados alguns traços da elite governante no período correspondente ao liberalismo português do século XIX. Especificamente em termos sociodemográficos, a maioria da classe ministerial definia-se pela existência de homens, de meia-idade e geograficamente situados na capital. Eram ainda caracterizados por deterem estudos académicos em áreas como o Direito, a Matemática e a Filosofia, já que funcionavam como uma via alternativa às escolas militares da época. Por último, a atividade laboral dos ministros concentrava-se nos quadros públicos em categorias vinculadas à carreira militar e às magistraturas, o que contrastava com aqueles ligados a profissões liberais como advogados e médicos (Almeida, 1995: 81-95).

Para além deste contributo, o único artigo que tentou estabelecer a associação mencionada anteriormente foi o de Tiago Fernandes (2003). Este autor analisou a Ala Liberal no hemiciclo durante o regime do Estado Novo, num esforço de detetar as credenciais que marcaram o recrutamento destes membros. Estes representantes individualizam-se pela sua juventude, por terem um passado na metrópole, apresentarem qualificações no ensino superior em Direito e ainda por trabalharem no setor privado, enquanto advogados e diretores de empresas (Fernandes, 2003).

Consequentemente, em Portugal, à semelhança do que acontece em outros países, o estudo das elites liberais está ainda por explorar, particularmente, no que toca à combinação entre as credenciais educativo-profissionais e a ideologia dos partidos que compõem o governo.

## **1.2. As elites ministeriais e a importância das características educativas e profissionais**

Ainda que as elites liberais tenham sido remotamente exploradas, existe uma grande tradição no estudo das elites políticas no âmbito da Ciência Política. Através dos contributos proporcionados pelos teóricos clássicos das elites, é-nos possível compreender melhor, por um lado, a carreira, o perfil e o tipo de circulação que sucede entre os atores que fazem parte do estrato superior da elite governante (Pareto, 1968: 1297) e, por outro, aprofundar o conhecimento relativo à diferenciação entre governantes e governados numa tentativa de resposta à interrogação “quem governa importa?” (Czudnowski, 1982).

Foi, no entanto, o trabalho seminal de Putnam<sup>4</sup> (1976) que desenvolveu substancialmente a área temática das elites políticas, adaptando uma perspectiva empírica e comparativa, traduzindo-se num número crescente de investigações. Entre estas, assumem especial relevância, no âmbito deste livro, as que dizem respeito ao recrutamento das elites governativas (Blondel, 1985; Dogan, 1989a; Blondel & Thiébault, 1991; Almeida, Pinto, & Bermeo, 2003; Dowding & Dumont, 2009, 2015; Pinto, Cotta, & Almeida, 2018). Este tipo de atenção percebe-se face à importância que o governo alcança no atual quadro institucional e político dos Estados modernos.

Na verdade, o governo pode ser interpretado como uma característica fundamental dos sistemas políticos (Andeweg *et al.*, 2020: 2), o que demonstra a sua proeminência enquanto instituição responsável pela gestão dos diferentes setores da sociedade civil. Tendo em consideração a centralidade deste órgão, Blondel (1995: 272) proclamou que o executivo corresponde ao ápice do processo decisório nacional, ou seja, cabe a este organismo cumprir com as metas de elaborar, coordenar e implementar políticas públicas (Blondel, 1995: 286). Estas funções são fruto da complexidade da política contemporânea, pelo que o executivo assume não só um papel fulcral na hierarquia de poder, como ainda simboliza a vertente administrativa e representativa das democracias (Cotta, 2000: 74). Consequentemente, torna-se importante analisar os governantes. Esta afirmação é particularmente verdadeira no caso dos ministros por se encontrarem num patamar de elevada influência dentro da máquina governativa.

---

<sup>4</sup> É importante realçar que existe bibliografia anterior que merece ser considerada como, por exemplo, Parry (1969), Putnam (1973) ou Dogan (1975).

Com efeito, como Barker (2001: 50) sustentou, “the legitimation of rule, becomes more important the further up the governmental tree one climbs”. Neste âmbito, os ministros, posicionados no escalão hierárquico imediatamente inferior ao dos primeiros-ministros, têm sido objeto de pesquisa minuciosa. A preocupação com a atuação ministerial tem permitido conhecer detalhes específicos deste tipo de elite, nomeadamente a sua especialização, o processo de designação e/ou destituição do cargo, a capacidade de durar ou sobreviver como ministro, as remodelações governativas a que pode ser submetido ou o seu caminho pós-ministerial (Bakema & Secker, 1988; Blondel, 1991a; Warwick, 1999; Indridason & Kam, 2008; Dowding & Dumont, 2009, 2015; Bright, Döring, & Little, 2015). No entanto, uma das dimensões mais relevantes das elites ministeriais diz respeito ao estudo do seu perfil de recrutamento.

O processo de recrutamento ministerial pode ser entendido como o trajeto que determinados indivíduos necessariamente têm de atravessar caso queiram aceder a posições dirigentes ou, em caso de já pertencerem a essas posições, conseguirem atingir um cargo mais próximo da cúpula governativa (Herzog, 1975). O recrutamento tem sido muitas vezes vinculado à exploração de como e por que motivo as pessoas comuns se tornam políticos e quais as consequências que podem ter junto dos partidos, dos parlamentos e do governo (Norris & Lovenduski, 1995). Deste modo, passaram a conhecer-se melhor os requisitos necessários para alguém se tornar ministro (Rose, 1971) e, concomitantemente, revelar qual o papel dos ministros na liderança do executivo (Blondel, 1987). Com base nestes contributos, a tradição literária tem encarado os padrões de nomeação dos titulares de altos cargos públicos focando-se, essencialmente, nos seus canais de recrutamento e na caracterização das suas credenciais.

Relativamente às principais vias de recrutamento, destacam-se duas abordagens de análise. Por um lado, a abordagem sociológica (Putnam, 1976) prevê que os pretendentes a cargos governativos respeitem o *cursus honorum* ministerial, ou seja, para atingir o degrau de ministro os aspirantes devem desempenhar e ultrapassar uma cadeia hierarquizada e progressiva de cargos políticos (Gaxie, 2003: 85). Neste sentido, foi reportada a valorização das rotas partidária e parlamentar para aceder ao posto ministerial (Blondel, 1985; De Winter, 1991; Müller-Rommel, Kroeber, & Vercesi, 2020), sendo ambas vistas como um elevador que propicia aos indivíduos o acesso a posições relevantes na política governativa, tornando-os em maior ou menor grau “ministeriáveis”<sup>5</sup>. Como lembrava Cotta (2008: 117): “Não há sinais de declínio nas vias

---

<sup>5</sup> A maior ou menor dificuldade da sua escolha depende diretamente de certos fatores como a permeabilidade, o *locus* institucional e/ou a conjuntura específica em que se inserem os canais de recrutamento dos países (Putnam, 1976: 47-52).



políticas tradicionais - o parlamento e os partidos -, que continuam a ser os campos principais do recrutamento”.

Por outro lado, a abordagem neoinstitucionalista (Norris, 1997) tem defendido a saliência do contexto institucional em que se processa o recrutamento, espelhado nas normas jurídicas e constitucionais e nos subsistemas do sistema político (o sistema partidário e o sistema eleitoral). Esta questão contextual molda a estrutura de oportunidades e, por consequência, o “mercado” do recrutamento ou seleção de pessoal político (Best & Cotta, 2000; Cotta & Best, 2007; Semenova, Edinger, & Best, 2014).

Assim, os investigadores têm redobrado esforços para retratar o perfil dos ministros consoante os seus traços individuais e coletivos. Na literatura, tem predominado a análise das experiências políticas prévias e das características sociodemográficas. Entre as primeiras, destacam-se a experiência local e regional, europeia, parlamentar, executiva/assessoria e partidária. Já entre as segundas, o destaque vai para a idade, o sexo, a origem geográfica, a educação e a profissão.

### **1.2.1. Experiências políticas prévias**

De entre os vários tipos de experiências políticas, a experiência local e regional aparece associada a padrões de carreira ainda em fases embrionárias, cujas competências adquiridas são significativas para a construção de uma caminhada política de projeção nacional e supranacional (Teruel, 2011: 317; Müller-Rommel, Kroeber, & Vercesi, 2020: 234). O relevo destes percursos tem-se denotado em sistemas com uma estrutura caracteristicamente descentralizada, federalizada e de carácter multinível (Thiébaud, 1991a; Borchert & Stolz, 2011). Por norma relacionada com a arena local e regional, aparece a arena europeia. Contrastando com as restantes experiências políticas, o parlamento europeu constitui um palco marginalizado na extração de ministros. Porém, como sublinham alguns autores (Verzichelli & Edinger, 2005; Teruel, 2011: 321), existe o potencial de emergir uma nova tipologia de elites políticas a partir da comunidade europeia estreitamente dependentes dos parlamentos nacionais.

O parlamento, por sua vez, é a instituição mais frequente no currículo dos futuros ministros (Blondel, 1985; De Winter, 1991; Kaiser & Fischer, 2009). Na verdade, mais de trinta anos passados e a constatação proferida por Dogan (1989b: 5) de que “[a] basic feature of the selection of cabinet ministers everywhere except in the United States is the recruitment of most of the cabinet from among members of parliament” permanece ainda hoje atualizada na maioria dos países. Isto deve-se, em larga medida, à

elegibilidade associada a este órgão de soberania, mas também pelo conhecimento, *know-how* e profissionalização que fornece aos seus deputados através da participação em comissões de inquérito e em debates, na fiscalização dos incumbentes ou na formulação de propostas legislativas. Ora, estas funções são indispensáveis nas posições no executivo, sobretudo em ministérios - como as finanças (Blondel, 1991b) - que requerem competências e especialização ao nível técnico e setorial (Bakema & Secker, 1988; Beckman, 2006).

A experiência executiva pressupõe a existência de um sistema de progressão interno nos ministérios, que se consolida à medida que os indivíduos superam os seus vários degraus com vista a uma carreira política de sucesso. Os cargos de assessoria são dos mais salientes neste itinerário (Askim, Karlsen, & Kolltveit, 2021). É o caso dos secretários de Estado que têm sido interpretados como tendo um cargo que serve como tirocínio para a função de ministro (Theakston, 1999: 233).

Já as funções partidárias são frequentemente consideradas como necessárias para a obtenção de lugares governativos (De Winter, 1991). Diretamente ligado ao alcance desses encargos, os partidos demonstram ter um poder determinante na captura daqueles que farão parte das elites políticas (Putnam, 1976: 49) tendo em conta critérios como o da origem social (Gaxie, 2018), ao mesmo tempo que estes aspirantes procuram integrar órgãos de administração local e regional das organizações partidárias de modo a que consigam visibilidade e notoriedade para a aquisição de uma carreira política (Blondel, 1985: 66; Blondel & Thiébault, 1991). Porém, ultimamente contesta-se o alcance do recrutamento através dos partidos e a própria noção de “governos partidários”, na qual as suas estruturas exercem influência direta sobre os executivos (Blondel & Cotta, 1996, 2000). Embora ainda constituam a regra no panorama europeu, os partidos têm perdido força com o aparecimento de um número considerável de independentes ou não partidários na arquitetura governamental (Pinto, Cotta, & Almeida, 2018).

### **1.2.2. Caraterísticas sociodemográficas**

No que diz respeito aos parâmetros sociodemográficos, a idade dos ministros foi alvo de atenção. Jean Blondel, em 1985, revelou que os ministros rondariam os 40-55 anos, sendo verdade que a sua idade e a dos líderes do executivo são, por norma, maiores que a dos restantes segmentos que compõem as elites (Blondel, 1985: 34-35). Todavia, a distribuição de idade dos ministros não é linear, uma vez que “there are substantial

variations from area to area, among political regimes and, indeed, among countries” (Blondel, 1985: 34), o que tem sido corroborado pelos dados mais recentes presentes na literatura (Thiébaud, 1991b; Fetteschoss, 2007; Dowding & Dumont, 2009, 2015).

No que tange ao sexo, tem sido caracterizado primordialmente pela fraca comparência feminina em posições executivas (Siaroff, 2000; Krook & O’Brien, 2012; O’Brien & Reyes-Housholder, 2020). Isto apesar de, atualmente, essa realidade se estar a inverter, visto que as mulheres se têm projetado em lugares de relevo na governação, ainda que com dificuldades em ultrapassar obstáculos culturais, institucionais e políticos (Norris, 1997) que se refletem, por exemplo, em serem nomeadas para portefólios de menor importância (Davis, 1997; Escobar-Lemmon & Taylor-Robinson, 2005) ou o facto de terem uma longevidade precária perante as pastas que tutelam (Bright, Döring, & Little, 2015: 444)<sup>6</sup>.

Quanto à origem geográfica, esta encontra-se intimamente ligada ao modelo de clivagens sociais desenvolvido por Lipset e Rokkan (1967) que estabelece várias dicotomias com impacto na arena política, entre elas, a clivagem centro/periferia ou urbano/rural e que, em conjunto, ajudam a explicar as manifestações visíveis no processo de recrutamento dos ministros e restantes membros da orgânica governativa. Em bom rigor, os membros que compõem as elites ministeriais advêm de zonas onde predomina o capital (Teruel, 2011: 268), isto é, locais densamente povoados junto aos vastos centros urbanos e às áreas metropolitanas circundantes por contraste às pequenas cidades, periferias e ruralidades (Putnam, 1976: 32). Esta geografia revela que a distribuição dos ministros não é territorialmente representativa (Almeida, Pinto, & Bermeo, 2003).

A educação e a profissão são particularmente cruciais uma vez que auxiliam na captura dos níveis de experiência e representatividade desta elite. Por um lado, estas duas variáveis tendem a originar diferenças nomeadamente quando se compara entre diferentes tipos de elites políticas (Gaxie, 2018: 500). Por outro lado, a instrução superior da classe governante é reconhecida como uma característica diferenciada face à população geral (Cotta & Best, 2000: 497-499; Gaxie & Godmer, 2007: 109; Dumont & Verzichelli, 2015: 456). Uma das razões apontadas para este fenómeno prende-se com a correlação entre a origem social dos ministros e as credenciais educativas que estes detêm, o que acaba por funcionar como uma barreira ao acesso generalizado dos cidadãos às elites (Putnam, 1976: 30). Apesar disso, a educação caracteriza-se por ser a credencial

---

<sup>6</sup> Encontram-se, contudo, versões alternativas deste argumento. Para alguns teóricos, as mulheres têm uma melhor capacidade de permanecer no executivo (Berlinski, Dewan, & Dowding, 2007: 258), ao invés de outros que consideram que as diferenças nas taxas de sobrevivência entre homens e mulheres são pouco significativas (Escobar-Lemmon & Taylor-Robinson, 2016: 214).

sociodemográfica mais estável no processo de recrutamento no período após a Segunda Guerra Mundial (Cotta & Best, 2000: 517). Isto significa que, na maioria dos países, a educação superior se tornou um recurso valioso para aqueles que procuram integrar os altos escalões governativos. Esta constatação tem vindo a ser sustentada por vários estudos desde a década de 80 (Blondel, 1985: 42; Almeida & Pinto, 2003: 18), podendo falar-se hoje numa “democracia do diploma” (Bovens & Wille, 2017). O mesmo cenário verificou-se entre os parlamentares (Gaxie & Godmer, 2007: 109-115). Assim, governantes com qualificações académicas em Direito ou em áreas de formação como a Economia<sup>7</sup>, as Engenharias e a Gestão são um aspeto comum no continente europeu (Almeida, Pinto, & Bermeo, 2003; Pinto & Almeida, 2009; Teruel, 2011: 254-256; Pinto, Cotta, & Almeida, 2018). É-se igualmente destacada a integração progressiva de diplomados oriundos das Ciências Sociais (Beckman, 2006). Deste modo, constata-se alterações nos canais de recrutamento nacionais, o que se deve tanto às tendências de transformação das elites políticas (democratização, profissionalização e especialização) como à variação dos contextos político e institucional, económico e social, dando maior clareza e perceção sobre os fatores que influenciam a nomeação de indivíduos com um determinado perfil de recrutamento para cargos governativos.

Fica confirmada, desta forma, a elevada escolaridade dos ministros (Blondel, 1985; Thiébaud, 1991b; Dowding & Dumont, 2009, 2015; Semenova, 2011; Gaxie, 2018) ao possuírem graus educativos que se estendem desde licenciaturas, a formações pós-graduadas (mestrados) até doutoramentos (Almeida, Pinto, & Bermeo, 2003). A detenção desses graus tem sido percecionada como uma vantagem para assumir dossiês no governo, pelo menos em países da Europa do Sul (Bermeo, 2003). Tal como Dumont e Verzhichelli (2015: 456) observaram: “The supply of greater numbers of citizens with high levels of education since the Democratization of university studies has led to a path to ministerial office which is increasingly characterized by a university or even PhD degree”. O estudo da educação pode ser acompanhado não só tratando o nível e a área da sua formação, mas também outros aspetos do percurso académico, tais como a localização, a natureza pública ou privada ou a internacionalização do ensino frequentado. Porém, por enquanto, essa análise tem sido feita de um modo incipiente e focando-se, maioritariamente, no caso britânico (Norris & Lovenduski, 1995; Berlinski, Dewan, & Dowding, 2007).

Por último, a ocupação profissional dos ministros usualmente define-se pela relevante ligação ao setor público – como são de salientar os advogados, os funcionários

---

<sup>7</sup> Uma perspetiva alternativa interpreta o aumento de inscritos em cursos de Economia como o resultado de esta ser uma ciência “jovem” ao contrário do tradicionalismo associado ao Direito (Gaxie, 2018: 499).

da administração estatal e os professores (Thiébauld, 1991b; Teruel, 2011: 257; Alexiadou, 2022: 333). Tal como a captação de ministros ligados aos quadros públicos, outras considerações, como o ínfimo número de empregados em profissões de colarinho branco e trabalhadores manuais, costumam ser assinaladas (Blondel, 1985: 42-45; Teruel, 2011: 258; Müller-Rommel, Kroeber, & Vercesi, 2020: 232). Convém, no entanto, assinalar que o número de ministros que ingressa na política a tempo inteiro no início das suas carreiras e logo após a sua formação académica é residual (Fettelschoss, 2007: 4). Ao mesmo tempo assiste-se à versatilidade do acesso ministerial, uma vez que existe uma abertura quer a perfis ocupacionais híbridos como àqueles ligados ao setor privado, ou até fora dessa lógica como o caso dos profissionais liberais (Cotta, 2008: 111-113; Dowding & Dumont, 2009; Pinto, Cotta, & Almeida, 2018). Em relação ao caso específico destes últimos<sup>8</sup>, os mesmos mantiveram-se estáveis no executivo, tal como vinha sendo constatado desde o início do recente século (Almeida, Pinto, & Bermeo, 2003).

Verifica-se, deste modo, a diversificação dos canais de recrutamento especialmente por toda a Europa ocidental, com a inclusão paulatina das várias camadas sociais ao serviço dos governos nacionais, embora esta não seja uma tendência uniforme a todas as nações europeias. Esta alteração, segundo Thiébauld (1991b: 29-30), torna os corredores de poder mais representativos e conseqüentemente mais próximos da sociedade civil. Esta é uma perspetiva que permite avaliar, por um lado, o posicionamento dos aspirantes a cargos de poder numa perspetiva de estrutura social (Teruel, 2011: 253) e, por outro lado, o grau de representatividade de certas profissões nas elites políticas e o reflexo que as tomadas de certos rumos de carreira têm, em última análise, no recrutamento dos governantes.

Mais recentemente, foram dados contributos relevantes sobre a educação e profissão ministerial através da construção de bases de dados gerais sobre elites ministeriais, como a do SEDEPE<sup>9</sup>. Estas deram origem ao lançamento de diversos livros importantes (Dowding & Dumont, 2009, 2015).

Contudo, apesar de existir uma profusão de trabalhos gerais que se dedicam ao tratamento das credenciais sociodemográficas dos membros do governo, não são conhecidos estudos especializados e comparativos sobre as credenciais educativas e profissionais em particular. Esta inexistência é apenas atenuada pelo surgimento de uma

---

<sup>8</sup> A propósito da sua educação, estes profissionais são conhecidos regularmente por possuírem perfis educacionais superiores. Nas palavras de John Stuart Mill (2001 [1861]: 111): “The liberal professions, when really and not nominally practised, imply, of course, a still higher degree of instruction”.

<sup>9</sup> Para consultar as informações relativas a este projeto de investigação, vd. [http://sedepe.net/?page\\_id=2](http://sedepe.net/?page_id=2) [Consultado a 22-12-2022] ou, em alternativa, vd. [www.mzes.uni-mannheim.de/projekte/sedepe/homepage.php](http://www.mzes.uni-mannheim.de/projekte/sedepe/homepage.php) [Consultado a 22-12-2022]. Caso se pretenda aceder ao *codebook* do respetivo projeto, vd. [http://sedepe.net/?page\\_id=169](http://sedepe.net/?page_id=169) [Consultado a 22-12-2022].

vaga de publicações comprometidas com a exploração dessas características nas elites parlamentares (Best & Cotta, 2000; Cotta & Best, 2007; Semenova, Edinger, & Best, 2014; Kakepaki *et al.*, 2018). É, aliás, através destes últimos contributos que vão surgindo descobertas em conjuntos de países que até então o seu conhecimento era praticamente nulo.

Com efeito, autores como Semenova (Semenova, Edinger, & Best, 2014; Semenova, 2018, 2019) ou Ștefan-Scalat (Ștefan-Scalat, 2004, 2009, 2012; Ilonszki & Ștefan-Scalat, 2018) são responsáveis pela condução de relevantes estudos de caso para identificar os moldes de recrutamento, por exemplo, para as elites políticas checas, estónias, lituanas e romenas. Em outros casos, como a Dinamarca e a Irlanda, as produções são mais datadas (Blondel, 1985; Thiébault, 1991b), identificando-se algumas semelhanças entre todas elas, nomeadamente os padrões elevados nas credenciais académicas e a relativa estabilidade ocupacional entre estes membros.

Em Portugal, particularmente nesta questão, as conclusões a que se chegam são poucas e restringem-se a menções esporádicas na literatura. Apesar de subsistir alguma bibliografia com relevância científica sobre o funcionamento do executivo (Lobo, 2005; Silveira, 2022; Silveira & Silva, 2022) ou, mais concretamente, em relação ao recrutamento das elites ministeriais (Portas & Valente, 1990; Pinto, 2000, 2020; Almeida, Pinto, & Bermeo, 2003; Carvalho & Fernandes, 2003; Pinto & Almeida, 2009, 2018; Camerlo *et al.*, 2020; Almeida, 2022; Paris, 2023; Paris & Silveira, 2023; Silva *et al.*, 2023), a mesma tem negligenciado a aposta no conhecimento específico e aprofundado sobre as condicionantes educativas e profissionais.

De um modo geral, no que toca ao percurso educativo, salienta-se, por um lado, o alto nível habilitacional, com especial incidência do número de ministros pós-graduados e doutorados em funções (Almeida & Pinto, 2003: 19-20; Camerlo *et al.*, 2020: 7-8; Paris, 2023: 11) e, por outro, a incidência na formação académica em Direito, que é tradicionalmente um dos traços mais vinculados do recrutamento governativo (Pinto, 2000: 7; Carvalho & Fernandes, 2003: 73; Pinto & Almeida, 2009: 151). Numa recente publicação de André Paris (2023: 11), o mesmo sublinhou que “ao longo dos últimos vinte anos, o direito e a economia permanecem como as áreas de formação mais relevantes da elite ministerial”. Já ao nível ocupacional, os ministros portugueses seguem os padrões típicos de recrutamento transnacionais, ao concentrarem a sua atividade profissional na docência universitária, na advocacia e na gestão de empresas (Pinto & Almeida, 2009: 151-152, 2018: 129; Almeida, 2022), tendo sido mitigada a influência dos cargos militares como verdadeiros viveiros ministeriais (Almeida & Pinto, 2003: 22-25). Já quanto aos profissionais liberais, tal como Tavares de Almeida e Pinto (2003: 24-25, 33-34) tinham

enunciado para os ministros portugueses da Primeira República e do período democrático pós-1974, estes são fundamentais. Com efeito, nestes períodos, o percurso ocupacional dos ministros era menos dependente do Estado devido ao elevado número de profissionais liberais nas fileiras governativas, mas também pelo crescimento suplementar tanto de gestores como de economistas do setor privado e misto da economia.

Posto isto, a presente obra irá estudar precisamente as lacunas evidenciadas na literatura, tratando as credenciais educativas e profissionais com base numa comparação entre governos estritamente formados tanto por ministros (de partidos) liberais como por ministros (de partidos) não liberais, com a expectativa de perceber se essas credenciais são importantes e fazem singularizar os primeiros no que toca ao seu perfil de recrutamento.

## Capítulo 2 - Enquadramento Metodológico

### 2.1. Problema, pergunta e hipóteses de investigação

Este capítulo procura explicitar o desenho metodológico que visou lidar com o problema de investigação em causa. Como foi referido anteriormente, esta investigação procura comparar as credenciais educativas e profissionais de ministros (de partidos) liberais com ministros (de partidos) não liberais. Esta é uma questão relevante na medida em que permitirá, por um lado, conhecer melhor a elite ministerial liberal no que toca a características sociodemográficas fundamentais. Como essa informação é residual, sendo dadas pela literatura apenas algumas pistas gerais e parcelares sem aprofundar sobre o seu perfil, visa-se contribuir para esse esclarecimento. Por outro lado, procura contribuir para que a exploração do recrutamento da elite ministerial ganhe uma nova dimensão de análise, dando relevo ao papel da ideologia dos partidos no governo para o perfil de recrutamento.

Assim, visou-se responder à seguinte pergunta de investigação: “Em que medida as características educativas e profissionais dos ministros de governos liberais se distinguem das de ministros de governos não liberais?”. Tendo em conta que os partidos liberais se particularizaram de outros partidos por defenderem uma intervenção estatal limitada, uma economia de livre iniciativa e a defesa do primado do indivíduo para assegurar os seus fins particulares (Budge & Keman, 1990: 94-95), no momento da formação do governo, espera-se que dêem primazia à escolha de governantes que reflitam essas opções ideológicas no que toca à educação e à profissão. Assim, espera-se que optem pela designação de ministros, por exemplo, com uma educação e profissão associada à área económica e ao setor privado, bem como outras características nessas duas variáveis. O problema de investigação é, na verdade, um problema de recrutamento dos governantes. Será que governantes liberais, com certas características educativas e profissionais, chamam para o executivo indivíduos com características semelhantes e coerentes com a sua ideologia?

Para responder adequadamente à pergunta de investigação suprarreferida, foram criadas as seguintes cinco hipóteses:

**Hipótese 1:** *Ministros liberais formam-se mais em graus académicos ligados à Economia e Gestão face a ministros não liberais.*



Com vista a entender a escolha desta hipótese, deve ser tido em conta que o liberalismo económico coloca o enfoque na liberdade individual e na menor presença do Estado. Tal como foi enfatizado por Van de Haar (2015: 11): “For many liberals the degree of individual liberty is counted by the degree of absence of state interference. The reason is obvious: the more state interference, the less individual liberty”. Sucede que, ao nível das propostas políticas, verificou-se que os liberais estão colocados, por um lado, acima da média no que toca a questões de foro económico, tais como a livre iniciativa, incentivos e ortodoxia económica e, por outro lado, abaixo da média em relação à atenção dada aos assuntos sociais (Hearl, 1988: 444). Assim, se os atores liberais no executivo levarem a bom rigor aquilo que são as premissas básicas do discurso da sua linha ideológica e das próprias medidas constantes nos manifestos eleitorais, será expectável que isso também se reflita na escolha dos membros dos seus governos, nomeadamente no que diz respeito ao seu perfil educativo. A decisão de privilegiar indivíduos com um historial em Economia e Gestão já tinha sido reportado por Hellström e Walther (2019: 320), quando mencionaram que “liberal parties are generally interested in economic management and are committed to international issues and global cooperation, it is not surprising that these positions are also actively bargained for in the government formation process”.

**Hipótese 2:** *Ministros liberais frequentam mais o ensino privado face a ministros não liberais.*

Os liberais são normalmente retratados, até de um ponto de vista dos manifestos eleitorais<sup>10</sup>, como defensores próximos do setor privado (Volkens *et al.*, 2021). Na verdade, uma das ideias fundamentais dos teóricos clássicos do liberalismo é o direito à propriedade privada como um direito inalienável e anterior a todas as formas de organização social. Locke (2003 [1689]: 102), transmitiu essa ideia com clareza: “The state of nature has a law of nature to govern it, which obliges every one: (...) that being all equal and independent, no one ought to harm another in his life, health, liberty, or possessions”. Mais concreta e especificamente sobre a educação, foi também postulado a importância para os liberais das propostas de financiamento privado do sistema de ensino, ao contrário de outras famílias partidárias que apostam mais no financiamento público desse setor (Wolf, 2009). Não obstante, foi reportado para os liberais, a sua preferência pelas escolas privadas. Como referiu Watt (2003: 345): “While liberals and

---

<sup>10</sup> Um dos indicadores utilizados pelo projeto coordenado por Volkens e colegas (2021) diz respeito à economia de livre mercado. Nela procura-se captar eventuais menções favoráveis por parte dos partidos em relação a este modelo económico (por exemplo, a defesa dos direitos à propriedade privada), no qual se verifica que a generalidade dos partidos liberais demonstra ser favorável a este tipo de economia.

conservatives debate exactly how to reform the school system, their proposals share a preference for the qualities of small schools and private schools”.

Assim sendo, esta hipótese baseia-se na ideia de que os partidos liberais, uma vez no governo, preferirão escolher ministros com formação em instituições de ensino privado, quando comparados com partidos não liberais.

**Hipótese 3:** *Ministros liberais exercem mais ocupações profissionais ligadas à área económica face a ministros não liberais.*

A hipótese de existir uma autêntica elite económica no seio das elites políticas ainda é um fenómeno escassamente desenvolvido (Hartmann, 2018; Best, 2019). Essa falta de desenvolvimento para as elites políticas em geral, não aconteceu no mesmo patamar para as elites liberais em particular, onde existe alguma informação muito útil. Assim, no que toca aos liberais com antecedentes profissionais no setor económico foi observado, segundo Kanol (2020: 616), que: “Economically liberal parties believe in the free market with limited regulation and redistribution. This is a belief shared by most business groups”. Esta proximidade dos liberais à vertente económica é reconhecida não só como importante para a sua matriz ideológica, como também poderá ser para o tipo de ocupações profissionais que exercem. De facto, verificou-se que entre os liberais são típicas as profissões conectadas a instituições económicas, ao nível empresarial e financeiro – desde proprietários empresariais a gerentes no setor privado (Gaxie, 2018: 501).

Como tal, prevê-se que os partidos liberais tendam a escolher como membros dos seus executivos indivíduos com ocupações profissionais ligadas à área económica, uma vez que isso permite-lhes um maior afastamento da intervenção do Estado e uma maior autonomia na escolha dos seus membros.

**Hipótese 4:** *Ministros liberais pertencem mais a ocupações profissionais ligadas ao setor de atividade privado face a ministros não liberais.*

A pertinência da exploração desta hipótese surge pela importância que normalmente os liberais atribuem ao setor privado. Como assinalou Starr (2007: 57): “Classical liberals believed that, with certain limited exceptions, the individual pursuit of self-interest in the private economy yields a spontaneous harmony”. De facto, uma das estratégias clássicas entre os que assumem este ideário tem sido a defesa da diferenciação entre Público-Privado como meio de controlar a “tirania” ou “monopólio” do Estado (Starr, 2007: 53). Esta é uma prática que encontra suporte empírico na própria codificação das propostas eleitorais, já que alguns dos partidos liberais tendencialmente demonstram ser favoráveis a privatizações (Volkens *et al.*, 2021). Em específico sobre a opção de os

membros dos partidos liberais advirem de rumos profissionais do setor privado, sabe-se que, uma parte destes, é mais recorrentemente recrutada desse mesmo setor (Ruostetsaari, 2007: 233-234, 241). Ademais, para alguns dos partidos liberais na Bélgica, França e Países Baixos, foi demonstrado que existe uma tendência evidente de recrutamento vinda do privado (Knutsen, 2005: 608).

A hipótese que se coloca parte do pressuposto que os partidos liberais irão tender a optar por ministros com ocupação laboral no setor privado em comparação com outros partidos não liberais, já que nas propostas e programas destes não se dá o mesmo nível de relevo a este aspeto nem faz parte das principais “bandeiras” defendidas por esses partidos.

**Hipótese 5:** *Ministros liberais desempenham mais ocupações por conta própria face a ministros não liberais.*

Entre o leque de profissões que constam nos currículos ministeriais aquelas ligadas à categoria “liberal” têm sido visíveis um pouco por toda a Europa (Almeida, Pinto, & Bermeo, 2003). Noutras obras, tal como a de Cotta (2008), já era salientada a permanência de ministros provenientes deste passado ocupacional, inclusive em países com um forte pendor de ministros políticos, como serve de exemplo a Bélgica, a Itália e o Reino Unido (Cotta, 2008: 113). Na Roménia, foi mesmo possível assistir a um governo composto na sua maioria por profissionais liberais (Ștefan-Scalat, 2009: 20-22). Caso nos refiramos ao caso particular dos liberais, sabe-se apenas que as profissões liberais são marcantes numa parte dos parlamentares liberais europeus (Cromwell & Verzichelli, 2007: 209).

Neste sentido, partimos da premissa de que as profissões tipicamente liberais poderão ser relevantes para o recrutamento governativo dos partidos liberais e que ocorrem neles com maior frequência do que em outras famílias partidárias não liberais. Na verdade, tal como o nome indica, estas profissões (como os advogados, os engenheiros, os médicos, entre outros) pertencem a um grupo de profissões “liberais” e, por isso, presume-se que entre os ministros liberais haja vários indivíduos com este tipo de ocupação profissional.

Apresentadas as respetivas hipóteses desta investigação, importa perceber quais as explicações que fundamentam a escolha dos vários elementos que estão a ser usados na análise. Afinal, quais são as razões para terem sido escolhidas, em primeiro lugar, apenas as credenciais educativas e profissionais e, em segundo lugar, terem sido escolhidos os

ministros como unidade de observação e, entre eles, apenas aqueles que pertencem a governos liberais?

No que toca ao primeiro, optou-se por recorrer a estas duas variáveis, uma vez que, por um lado, são variáveis fundamentais de caracterização sociodemográfica, através das quais poderemos conhecer “quem são” os ministros e, por outro, apresentam menos contributos da literatura face às variáveis políticas que marcam o percurso destes atores do executivo. Por sua vez, em relação ao segundo, partimos do pressuposto de que o estudo das elites ministeriais é relevante, já que as decisões tomadas por estes têm efeitos no nosso quotidiano (Blondel, 1985: 1). Por isso, importa perceber quais as características que possuem.

Em concreto, é relevante estudar os ministros de partidos liberais pela raridade dessas investigações, ao contrário de outras famílias partidárias cujo volume de publicações é mais notório. E, no entanto, é exatamente nestes partidos que a questão da educação e da profissão ministerial é potencialmente mais interessante, pois, segundo a literatura consultada e apresentada anteriormente, percebe-se que certos traços nestas duas variáveis são especialmente relevantes de serem estudados, tendo em conta as premissas teóricas desta ideologia e que marcam os seus atores.

Cabe ainda referir que alguns estudos fazem uma análise dos partidos liberais de modo desagregado, isto é, diferenciando aqueles que são de esquerda e de direita (Best & Cotta, 2000; Cotta & Best, 2007; Semenova, Edinger, & Best, 2014) ou então, se o foco for as “grandes” vertentes ideológicas do liberalismo, entre liberalismo clássico e liberalismo social (Bellamy, 1993). Esta é uma tradição que encontra a sua fundamentação no facto de os partidos liberais terem uma pluralidade de origens e causas que os diferenciam entre si. Por exemplo, na dimensão cultural situam-se no centro-esquerda e na dimensão económica na direita do espetro partidário (Camia & Caramani, 2012; Close & Legein, 2023: 152), revelando o seu carácter “ambivalente” (Smith, 1988; Close, 2019). Como foi enaltecido “some commentators argued that liberalism was an incoherent ideology, embracing contradictory beliefs” (Heywood, 2021: 21).

Contudo, nesta investigação, optou-se por tratar a família liberal como um todo. A justificação é teórica e parte da premissa que existem naturais diferenças entre os partidos liberais, porém a ideologia que os une prevalece sobre essas divergências, uma vez que é o elemento central que os liga. Assim sendo, mesmo havendo diversas subtradições no interior desta ideologia política, acima de tudo isso existe um “chapéu ideológico” comum a todos estes partidos e respetivos membros – a ideologia liberal.

Tendo em conta este aspeto, faz sentido que, quando nos referimos aos liberais ao longo da análise, tratemos estes apenas na sua conceção clássica, visto ter sido a partir dela que o liberalismo se formou e consolidou como corrente ideológica importante para o espaço político e académico. Até porque, no que toca aos valores liberais, note-se que a sua oposição à regulação estatal elevada e ao controlo excessivo sobre os direitos e liberdades individuais dos cidadãos, sejam eles defendidas em maior ou menor grau pelos vários partidos liberais, são algumas das medidas transversais a todos os que pertencem e partilham desta ideologia. Uma parte da fundamentação que defendemos encontra-se também na obra de Budge e Keman (1990), quando enunciam que: “The concern with freedom should give Liberal parties characteristic policies (...) which differ from those of Conservatives, Christians, and Socialists, none whom are averse to massive State interference and regulation of the individual to secure their particular ends” (Budge & Keman, 1990: 94-95).

## **2.2. Escolha dos casos, período temporal e fontes**

A unidade de análise da presente investigação resulta da execução de um critério que compreende as naturais limitações temporais no processo de recolha, codificação e tratamento de dados, mas que permite ao mesmo tempo ir ao encontro da nossa problemática. Não obstante, a unidade de observação é o *ministro*, pelo que todo e qualquer indicador diz sempre respeito a este interveniente governativo.

Assim, o primeiro passo para essa seleção foi estabelecer um critério fiável para considerar um partido enquanto liberal (e “não liberal”) sendo que, para esse efeito, se adotou o critério da *Comparative Political Data Set*, da autoria de Armingeon, Engler e Leemann (2022), que provém originalmente do critério de famílias partidárias de Lane, McKay e Newton (1997). Este disponibiliza informação valiosa sobre a composição governativa desde 1960 até ao recente ano de 2020, permitindo aferir as dinâmicas partidárias existentes no seio dos executivos e procedendo a uma análise categorizada das principais famílias partidárias (nomeadamente a liberal) nos países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e à União Europeia.

Este critério tem sido utilizado por vários autores (Herre, 2022; Teorell *et al.*, 2022) e possui algumas vantagens face a outros alternativos, como a família europeia dos partidos liberais. Se este fosse o critério para considerar um partido como liberal não seria possível captar vários aspetos importantes. Entre eles, a existência de partidos liberais que não estão filiados em nenhum dos grupos políticos europeus nem os que

estão filiados num grupo político diferente do grupo político europeu tradicional (*Renew Europe*). Ademais, os partidos que apenas aderiram formalmente à União Europeia após a data de início do nosso período temporal não seriam considerados – como, serve de exemplo, os ministros vindos dos partidos *Estonian Reform Party* e do *Estonian Centre Party* no mandato de Siim Kallas na Estónia não seriam contabilizados, uma vez que, nesse período, este país ainda não era formalmente um Estado-membro desta organização e os respetivos partidos desse governo (o governo durou entre 2002 e 2003) não pertenciam a qualquer grupo político europeu. E, por último, este critério não intercetava a informação relevante para a nossa pesquisa, visto que categorizaria os partidos pela ideologia prevalecente a nível geral do grupo político europeu e não em particular pelo facto de ser ou não liberal.

Definida esta base de comparação entre liberais e não liberais, optou-se apenas por considerar executivos que tenham sido compostos na sua totalidade por (pelo menos) um partido liberal, durante as duas últimas décadas (2000-2020<sup>11</sup>), na União Europeia. São considerados todos os ministros pertencentes a estes governos e que tenham iniciado o respetivo mandato antes de 2000, desde que atravessem o período temporal da análise, isto é, tenham finalizado as suas funções em 2000 ou subseqüentemente a essa data. Na verdade, isto faz com que o recorte temporal se situe entre 1998 e 2020. A decisão de considerar este período deveu-se a várias razões.

Por um lado, a análise efetuada pelos autores supramencionados (Armingeon, Engler, & Leemann, 2022) termina em 2020, permitindo-nos, deste modo, assegurar a validade interna dos dados. E, por outro lado, o período escolhido é suficientemente lato, o que permite variação entre os casos – ao contar com uma multiplicidade de países (cf. Cap. 2.4.), de tipos de governo (Anexo I), ou até de arranjos governativos (Anexo II).

De modo a maximizar a comparabilidade, por um lado, tiveram-se em conta todos os governos compostos estritamente por (partidos) liberais. Deste modo, visou-se evitar comparações entre governos mistos, ou seja, com alguns ministros liberais mas com ministros de outros partidos, ambos em proporções muito variáveis. Por outro lado, consideram-se todos os governos estritamente compostos por (partidos) não liberais - apenas dos países onde se apresentem os primeiros, como se verifica no Anexo II.

Assim, como apenas existem governos totalmente liberais em seis países (Dinamarca, Estónia, Irlanda, Lituânia, República Checa e Roménia), foram estes os países tidos em conta. Apenas a Estónia, não apresenta qualquer executivo não liberal,

---

<sup>11</sup> No governo liderado por Mette Frederiksen (Dinamarca) e Ingrida Šimonytė (Lituânia), a informação apenas foi atualizada até ao último dia de 2020, visto que corresponde à data em que finda o período da presente análise.

durante o período de análise, pela sua inexistência. Isto significa que, é excluída toda e qualquer coligação que agregue simultaneamente partidos liberais e partidos não liberais no mesmo governo. Esta foi uma decisão que procurou ter em conta a importância de controlar certas variáveis dos países que resultaram do critério adotado. A comparação ao ocorrer entre estes dois perfis governativos, leva a que se consigam assim controlar, nomeadamente, as conjunturas económica, política e social ou o contexto institucional.

Assim, a aplicação deste critério levou a que a informação recolhida (como se visualiza na Tabela 1) conte com um universo de 396 ministros, distribuídos por 21 executivos e presentes em 6 países dispersos um pouco por toda a Europa, a saber: Dinamarca, Estónia, Irlanda, Lituânia, República Checa e Roménia. No entanto, a exploração destes países em concreto deriva totalmente do critério supramencionado.

Tabela 1 – Traços dos governos e dos ministros por país

Países <sup>12</sup>	Governos		Ministros		Liberais		Não Liberais	
	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Dinamarca</b>	2	9,5	40	10,1	19	15,4	21	7,7
<b>Estónia</b>	1	4,8	16	4,0	16	13,0	0	0,0
<b>Irlanda</b>	5	23,8	75	18,9	7	5,7	68	24,9
<b>Lituânia</b>	3	14,3	57	14,4	29	23,6	28	10,3
<b>República Checa</b>	5	23,8	109	27,5	7	5,7	102	37,4
<b>Roménia</b>	5	23,8	99	25,0	45	36,6	54	19,8
<b>Total<sup>13</sup></b>	<b>21</b>	<b>100,0</b>	<b>396</b>	<b>100,0</b>	<b>123</b>	<b>100,0</b>	<b>273</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria

Dito isto, importa salientar que os governos que são contemplados têm por base as forças partidárias que apoiam o executivo no parlamento. No que diz respeito a este aspeto, os executivos liberais podem, por isso, integrar membros do governo que não sejam no seu sentido formal conotados pela ideologia liberal como a única exceção à regra – ou seja, estes governos podem ter indivíduos que são “independentes” ou “não partidários”, mas nunca indivíduos que pertençam a partidos que sejam de cor partidária diferente da liberal. Esta é uma escolha que procura maximizar o grau de comparabilidade entre os dois perfis em causa.

<sup>12</sup> Diz respeito aos países que foram analisados (por ordem alfabética) de acordo com o critério estabelecido para esta investigação.

<sup>13</sup> Os totais apresentados podem não perfazer 100% devido a arredondamentos.

Com efeito, esta investigação faz uso do método comparativo, a partir do qual se procede a uma análise descritiva de algumas das mais importantes características sociodemográficas – a educação e a profissão – das elites ministeriais liberais (e não liberais). A opção de executar uma análise eminentemente descritiva, ao invés de recorrer a uma análise sustentada em testes estatísticos, deve-se ao facto de que temos em conta todo o universo em estudo. Desta forma, não se ambiciona generalizar os resultados, sendo apropriada a análise descritiva (Marôco, 2021). Ademais, foi adotada a observação indireta, cuja pesquisa se sustenta em dados primários (como os sítios oficiais dos governos ou os currículos oficiais destes atores governativos) e em dados secundários (como jornais, biografias ou revistas), com o objetivo de triangular as informações tanto quanto possível.

A escolha desta estratégia metodológica justifica a adoção de uma abordagem quantitativa, já que a análise assenta num número alargado de casos como meio de captar inferências válidas (Franklin, 2008; Creswell & Creswell, 2018: 215). Para processar esta informação, elaborou-se uma base de dados, através do software *SPSS*, a partir da qual foram feitas as análises presentes ao longo desta investigação. Foi criado ainda um *codebook* que compila todas as opções de codificação – essas opções são explicadas na secção seguinte – e que se encontra adstrito ao projeto de investigação *GovLib: A composição e o impacto dos governos liberais no contexto da União Europeia*, coordenado pelo Professor Doutor Bruno Costa.

## **2.3. Operacionalização**

Tendo em conta a pergunta de investigação (*Em que medida as características educativas e profissionais dos ministros de governos liberais se distinguem das de ministros de governos não liberais?*), as variáveis dependentes são: i) as características educativas; e ii) as características profissionais. Já a variável independente é a pertença a um governo liberal. O objetivo desta secção será explicitar a sua operacionalização.

### **2.3.1. Características educativas**

Para avaliar as características educativas foram utilizados como indicadores o nível de escolaridade, as áreas de formação, o percurso educativo em instituições de ensino público e privado e esse mesmo percurso no ensino estrangeiro.



O *nível de escolaridade*, diz respeito ao grau de escolaridade mais elevado que o ministro detinha no momento da sua seleção para o executivo (1=até ao ensino secundário; 2=licenciatura; 3=mestrado e/ou doutoramento). A atribuição de doutoramentos *Honoris Causa*, não é considerado enquanto grau de escolaridade completo. Em casos dúbios, recorreu-se ao European Social Survey (2020) para clarificar e uniformizar os vários graus que são próprios de cada país. Este é um indicador corrente nos estudos sobre as elites ministeriais, tal como as áreas de formação das habilitações académicas destes atores governativos (Almeida, Pinto, & Bermeo, 2003; Teruel, 2011; Almeida, 2022).

Com efeito, este último corresponde às *áreas de formação* em que o ministro era formado à data da sua nomeação (1=economia e gestão; 2=direito; 3=ciências sociais – inclui nomeadamente ciência política, psicologia, sociologia; 4=artes e humanidades – inclui nomeadamente filosofia, geografia, história, letras, pedagogia; 5=biologia e ciências da saúde – inclui nomeadamente ciências farmacêuticas, medicina; 6=arquitetura e engenharias; 7=ciências naturais e exatas – inclui nomeadamente agronomia, matemática, química; 8=outros – inclui nomeadamente desporto, formação militar; e/ou categorias híbridas – ou seja, mais do que uma área educativa no mesmo grau académico, como artes e matemática ou economia e engenharias).

O *percurso educativo de natureza pública*<sup>14</sup>, avalia se o ministro fez trajeto por uma (ou mais) instituições de ensino público ao longo de todo o seu ciclo de formação educativa (0=não; 1=sim). Ou seja, não só se está a captar a sua passagem pelo ensino público durante o ensino superior (caso seja aplicável), como também se analisa as habilitações obtidas que antecedem a faculdade, sempre que exista informação disponível para tal. Averiguou-se também, nos mesmos moldes, o *percurso educativo de natureza privada*, que mede o trajeto educacional mas, desta feita, no ensino privado (0=não; 1=sim).

E, por último, o *percurso educativo no ensino estrangeiro*, que visou avaliar se, em algum momento do currículo educativo do ministro, este concluiu com sucesso um (ou mais) graus educativos no estrangeiro (0=não; 1=sim). Consideramos os ministros que detêm mais do que uma nacionalidade como não educados no estrangeiro, se o diploma que foi obtido tenha sido em um dos países do qual possui cidadania.

---

<sup>14</sup> No caso da Dinamarca, os *gymnasiums* (educação secundária superior) – consultar European Social Survey (2020) para mais informações – são considerados como ensino público, uma vez que mesmo os que são privados, segundo a Eurydice (2022), dependem de financiamento direto do Estado que é igual ao financiamento existente para as escolas totalmente públicas. As escolas EFP (escolas técnicas), de acordo com o mesmo *website*, são também classificadas como ensino público.

### 2.3.2. Características profissionais

Com vista a examinar as características profissionais foram usados vários indicadores, entre eles a principal ocupação profissional na carreira, as profissões desempenhadas na área económica, a natureza da ocupação laboral dos ministros e, ainda, os profissionais liberais (isto é, os profissionais por conta própria).

A *principal ocupação profissional na carreira* diz respeito à profissão que os ministros elencavam como principal quando assumiram o cargo, numa categorização do tipo aberta (*string*). Para obter essa informação foram consultados os currículos oficiais destes atores e/ou outras fontes de consulta fidedigna – como os sítios oficiais dos governos dos países em análise. Considerou-se, apenas, as ocupações laborais que tenham durado um total de, pelo menos, cinco anos de atividade. Caso o ministro cumpra esse critério mínimo, foi ponderada a profissão em que permaneceu mais tempo, mesmo que possa ter sido interrompida e retomada. Na eventualidade de se verificar em diversas profissões com o mesmo tempo de duração, optou-se por considerar a mais recente pela sua maior proximidade ao momento da designação para o executivo. Não obstante, não foram considerados os indivíduos que não tiveram qualquer atividade ocupacional ou os que não tenham cumprido com a limitação imposta e que foi explicada acima.

Relativamente às *profissões exercidas na área económica* (0=não; 1=sim), visou-se perceber se estes intervenientes governativos apresentavam alguma experiência económica prévia ao momento de designação para o cargo ministerial. Por outras palavras, apurou-se se o ministro em alguma ocasião do seu historial profissional trabalhou nas áreas económica, financeira e dos negócios – enquanto banqueiro, alto dirigente administrativo de empresa(s), diretor executivo, economista, empresário e membro do conselho de administração nas áreas referidas. De ressaltar que, os ministros das finanças apenas foram considerados como tendo experiência económica antecedente, caso se tenha confirmado que a tenham efetivamente tido, já que as posições políticas (nomeadamente membros de comités, seções e órgãos do partido) não contam para esta categorização.

O setor profissional possibilitou que fosse catalogada a *natureza da atividade ocupacional* prévia do ministro aquando chegou ao posto ministerial (1=público; 2=privado; 3=misto). Ou seja, em função da ocupação profissional que desempenhou (e que foi elencada no indicador *principal ocupação profissional na carreira*) averiguou-se qual era a natureza da atividade em que se inseria a sua profissão. Neste âmbito,

Almeida, Pinto e Bermeo (2003), na sua obra conjunta *Who governs Southern Europe? Regime change and ministerial recruitment, 1850-2000*, usaram sistematicamente esta categorização para as elites ministeriais do sul da Europa, o que reflete a sua relevância como componente de análise.

Em último lugar, quanto aos *profissionais liberais*, esta é uma operacionalização que se encontra presente em outros trabalhos (Almeida, Pinto, & Almeida, 2003; Fettelschoss, 2007; Teruel, 2011; Alexiadou, 2022). Este é um indicador que ganha especial relevo porque permite verificar se subsistiu alguma profissão que faça parte do leque de profissões tradicionalmente por conta própria ao longo da carreira do ministro (0=não; 1=sim). No entanto, a noção de “profissional liberal” não é unânime, o que convidou a uma discussão teórica alargada na academia (Oesch & Rennwald, 2018; Alexiadou, 2022). De acordo com a nossa categorização, os profissionais liberais trabalham por conta própria (pelo que se trata de advogados, agricultores, arquitetos, contabilistas, economistas, engenheiros, jornalistas, médicos, entre outros).

### **2.3.3. Pertença a um governo liberal**

Para operacionalizar a *pertença a governos liberais* recorreu-se à operacionalização original de Lane, McKay e Newton (1997) e que é amplamente utilizada por importantes trabalhos comparativos de amostras alargadas (Armingeon, Engler, & Leemann, 2022). Esta foi a escolhida pelo sua relevância face à problemática, permitindo captar, em primeiro lugar, os dados necessários para o recorte temporal e geográfico escolhido; em segundo lugar, ao dar a conhecer a composição dos governos (de partidos) liberais e (de partidos) não liberais; e, em terceiro lugar, ao permitir que fosse utilizada a distinção entre os dois perfis em apreço: o perfil *liberal* e o *não liberal*.

Contudo, embora o critério original se desenvolva com base em várias categorizações de famílias partidárias, optou-se apenas por centrar a nossa análise nos dois perfis descritos acima. Assim, a operacionalização que adotámos (0=não liberal; 1=liberal) foi essencialmente a de isolar a família dos liberais e agregar todas as restantes em apenas uma família (não liberal). Esta opção foi tomada, tendo em conta a nossa problematização, que pressupõe explorar o grau de diferenciação dos governos liberais no que toca à educação e profissão dos seus membros. No entanto, não deve ser descurada a importância dos não liberais, já que eles são um importante elemento para permitir que a análise seja exequível. Através deles, podemos perceber se realmente (e, se sim, de que modo) os liberais são assim tão diferentes em certas credenciais face a

estes outros marcados por um perfil ideológico não liberal. Ao mesmo tempo que, ao serem utilizados somente nos mesmos países onde existam governos (de partidos) liberais, é possível controlar variáveis institucionais que, de outro modo, não seriam possíveis de controlar.

## 2.4. Contexto institucional dos países

A utilização do referido critério teve como resultado a recolha e agregação de dados para um número alargado de ministros que se encontram desde o norte ao leste da União Europeia - Dinamarca, Estónia, Irlanda, Lituânia, República Checa e Roménia. Naturalmente, o sistema político e o seu modo de funcionamento tem tendência a variar entre países. Deste modo, torna-se importante perceber em que medida estes se aproximam ou afastam no contexto institucional que os marca, isto é, em todos os países do espaço comum europeu com governos totalmente liberais e totalmente não liberais nas últimas duas décadas.

Tabela 2 – Contexto institucional dos países em análise

<b>Países<sup>15</sup></b>	<b>Forma de Governo</b>	<b>Sistema de Governo</b>	<b>Sistema Eleitoral</b>	<b>Sistema de Partidos<sup>16</sup></b>
<b>Dinamarca</b>	Monarquia Constitucional	Parlamentar	Representação Proporcional	Multipartidário Elevado
<b>Estónia</b>	República Parlamentar	Parlamentar	Representação Proporcional	Multipartidário Moderado
<b>Irlanda</b>	República Parlamentar	Parlamentar	Representação Proporcional	Multipartidário Elevado
<b>Lituânia</b>	República Parlamentar	Semipresidencial	Misto	Multipartidário Moderado
<b>República Checa</b>	República Parlamentar	Parlamentar	Representação Proporcional	Multipartidário Elevado
<b>Roménia</b>	República Parlamentar	Semipresidencial	Representação Proporcional	Multipartidário Moderado

Fonte: Elaboração própria, com base em Siaroff (2019) e IPU Parline (2022)

<sup>15</sup> Diz respeito aos países que foram analisados (por ordem alfabética) de acordo com o critério estabelecido para esta investigação. Todos os dados apresentados são referentes ao parlamento (em sistemas unicamerais) e à câmara baixa (em sistemas bicamerais).

<sup>16</sup> A tipologia usada foi a de Siaroff (2019), cujos dados se encontram atualizados até 2018, pelo que foram atualizados aqueles em falta até 2020.

Quanto à forma de governo, apenas a Dinamarca apresenta uma monarquia constitucional, sendo que, os restantes, consubstanciam-se repúblicas parlamentares. Significa que, em relação ao primeiro, o monarca corresponde ao chefe de Estado e, por sua vez, o chefe de governo corresponde ao primeiro-ministro. O monarca mantém algumas prerrogativas executivas, porém uma vez que a sede efetiva de poder não é detida pelo mesmo, acaba por funcionar mais como uma figura representativa da nação. Noutro sentido, os restantes países assentam num sistema republicano de base parlamentar, o que significa que o chefe de Estado é o presidente e o chefe de governo é o líder do executivo (o primeiro-ministro).

Em relação ao sistema de governo, ao passo que a Dinamarca, a Estónia, a Irlanda e a República Checa possuem sistemas parlamentares, a Lituânia e a Roménia surgem como sistemas semipresidenciais. Se, por um lado, estes têm, em condições normais, o governo e o parlamento como centros decisórios principais e o chefe de Estado (seja ele um monarca ou um presidente) como um órgão com poderes residuais, por outro lado, aqueles têm um sistema que delega o poder entre o chefe de Estado, o governo e o parlamento, em que o primeiro *a priori* terá maiores responsabilidades políticas face ao anterior sistema (por exemplo, poder de dissolução do parlamento). Adicionalmente, metade destes países (Dinamarca, Estónia e Lituânia) apresentam um hemiciclo unicameral, enquanto na outra metade (Irlanda, República Checa e Roménia) são bicamerais – com uma câmara baixa e uma câmara alta.

O sistema eleitoral para estes países é, maioritariamente, proporcional. Contudo, o sistema de voto e o estabelecimento de cláusulas barreiras formais, sofrem alterações. A Dinamarca dispõe de voto em candidatos ou em listas de partidos, a Estónia e a República Checa de voto preferencial, a Irlanda de voto único transferível e a Roménia de voto em listas apresentadas por partidos (ou coligações de partidos). Entre estes prevalece o método de Hondt (apesar das várias adequações ao contexto específico de cada país) para a conversão de votos em mandatos, sendo que, a Dinamarca, é a única que faz uso de outra fórmula, a de Laguë. No que diz respeito à cláusula barreira, apenas a Irlanda não a possui. Na Dinamarca estabeleceu-se em 2% e nos demais países no patamar dos 5% (sendo mais elevada no caso de coligações pré-eleitorais formais na Lituânia, na República Checa e na Roménia). Contrariamente aos sistemas eleitorais descritos, a Lituânia segue um sistema misto que contempla a existência de círculos uninominais e um círculo nacional plurinomial de compensação.

No entanto, o sistema de partidos demonstra pouca variação entre o conjunto. Todos eles se sustentam num sistema multipartidário, o que significa que há uma elevada diversidade de forças partidárias ativas no desenho político de cada um destes países. Numa parte destes (Estónia, Lituânia e Roménia) apresentam características moderadas, já em outra (Dinamarca, Irlanda e República Checa) chegam a atingir uma forma mais extremada desse sistema. Aliás, o multipartidarismo é especialmente comum em sistemas eleitorais que privilegiem a proporcionalidade.

De um modo geral, podemos constatar que estes países apresentam uma arquitetura institucional muito diversa. Contudo, existem elementos que os unem. Todos eles partilham das características que o critério utilizado faz uso. Ou seja, todos estes países são abrangidos por governos compostos (pelo menos) por um partido liberal e governos compostos (pelo menos) por um partido não liberal. Sendo que, apenas a Estónia, não apresenta qualquer executivo não liberal, uma vez que, durante o período de análise, não se verificou nenhum com essas características.

A utilização deste critério permite, por isso, captar a variabilidade institucional dos e entre países. Embora o critério tenha sido o de incluir todos os países com governos totalmente liberais, esta variação deixa esta investigação menos refém do contexto particular de um país para generalizar os seus resultados. Para se perceber melhor estas variações foram criados os Anexos I e II, que elucidam sobre essa tendência de variação por tipo de governo e por características dos governos destes países.

## Capítulo 3 – Credenciais Educativas e Profissionais dos Ministros Liberais

### 3.1. Credenciais educativas

Este capítulo foca-se na exploração da educação, uma das características sociodemográficas mais relevantes do perfil de recrutamento ministerial (Best & Cotta, 2000). Pretende-se, deste modo, analisar até que ponto as habilitações educativas dos indivíduos caracterizam e diferenciam o perfil de recrutamento das elites ministeriais liberais, através da análise de vários indicadores do percurso educativo e académico, tendo em vista a diferenciação entre ministros *liberais* e *não liberais*.

#### 3.1.1. Nível de escolaridade

Ao nível educativo, podemos verificar que a elite liberal é quase exclusivamente licenciada, uma vez que 96% dos seus membros frequentaram a universidade, tendo concluído no mínimo um ciclo de estudos. São, portanto, uma elite com elevadas credenciais académicas, cujo número de titulares de mestrados e doutoramentos constitui uma fatia assinalável, situando-se nos 72,4%. Estes valores são similares se o foco for a globalidade dos ministros ( $\approx 71\%$ ), apontando a tendência de forte escolaridade formal destes intervenientes governativos.

Tabela 3 – Nível de escolaridade dos ministros

Nível de Escolaridade <sup>17</sup>	Total		Liberais		Não Liberais	
	N	%	N	%	N	%
<b>Até ao Ensino Secundário</b>	19	4,9	5	4,1	14	5,2
<b>Licenciatura</b>	93	23,8	29	23,6	64	23,9
<b>Mestrado e/ou Doutoramento</b>	279	71,4	89	72,4	190	70,9
<b>Total<sup>18</sup></b>	391	100,0	123	100,0	268	100,0

Fonte: Elaboração própria

<sup>17</sup> Diz respeito ao nível de escolaridade mais elevado que foi alcançado no momento da seleção para o cargo ministerial. Apenas são ponderados níveis de escolaridade que tenham sido completos.

<sup>18</sup> Os totais apresentados simbolizam o número de ministros cujo grau de escolaridade nos foi possível apurar informação. Os totais apresentados podem não perfazer 100% devido a arredondamentos.

Em geral, os resultados da Tabela 3 comprovam que os ministros detêm consideráveis habilitações académicas, independentemente de pertencerem ou não a um governo liberal. Na verdade, não existem diferenças a assinalar quanto aos graus educativos em ambos os grupos – verificando-se que os ministros de governos liberais têm um nível de escolaridade apenas ligeiramente superior ( $\approx 1\%$ ) quando comparados com ministros de governos não liberais -, reforçando o peso significativo que a escolaridade superior e pós-graduada tem no perfil de recrutamento destes governantes. Tendo em conta que, os indivíduos para desempenharem funções governativas devem reunir competências técnicas (ou seja, devem assegurar conhecimentos suficientes para que possam gerir a pasta setorial pela qual foram incumbidos), estas credenciais tornam-se ainda mais relevantes.

No mesmo sentido dos nossos dados, na literatura, as elites ministeriais possuem um perfil educacional elevado, sendo hoje privilegiada a existência de indivíduos com fortes credenciais académicas (Almeida & Pinto, 2003). Deste modo, configura-se uma autêntica elite académica no meio governativo, limitando a possibilidade de acesso à elite executiva daqueles que tenham um *background* educacional inferior.

Embora desconheçamos contributos específicos sobre a elite ministerial liberal, entre a elite parlamentar existem alguns contributos. De forma geral, os deputados liberais encontram-se acima da média europeia por comparação a outras famílias partidárias não liberais no que diz respeito à educação dos seus membros (Ruostetsaari, 2007: 230).

Ainda assim, existem exceções no plano particular. Na Dinamarca, entre as décadas de 1930-1970, uma parte dos deputados liberais frequentou a faculdade em menor grau face aos deputados liberais de outros países europeus, como a Alemanha, a Finlândia, a Hungria, os Países Baixos, entre outros (Ruostetsaari, 2007: 230). No mesmo sentido, uma fatia dos liberais estónios apenas apresentou cerca de 16% de deputados que detinham doutoramento (Kuklys, 2014: 105).

Na verdade, a passagem pela faculdade é igualmente importante no grupo dos não liberais, visto que o valor é muito semelhante ( $\approx 95\%$ ). Entre estes, aproximadamente 24% são licenciados e 71% são pós-graduados e doutorados.

Assim, a quantidade de indivíduos que acedem ao executivo sem nunca terem ultrapassado o ensino secundário é residual ( $\approx 5\%$ ), sendo ligeiramente inferior entre os liberais. No caso específico dos liberais, a Dinamarca foi o único país onde conseguiram aceder a posições governativas não tendo frequentado a universidade (cinco casos). Em



outros trabalhos verificava-se que esta era um dos países onde a classe ministerial era menos instruída em perspetiva comparada com outras nações europeias, visto que, no período desde a Segunda Guerra Mundial até 1984, 35% não tinha qualquer antecedente universitário (Bovens & Wille, 2017: 118-119). Apesar disso, estes contributos não apontaram razões explicativas para este fenómeno.

### 3.1.2. Áreas de formação

De entre as várias áreas do percurso académico, a Economia (e Gestão) e o Direito assumem-se como principais e fundamentais, visto que perfazem quase 36% do total analisado. Além destes dois campos de formação, as Ciências Sociais ( $\approx 15\%$ ), as Artes e Humanidades ( $\approx 13\%$ ) e a Arquitetura e Engenharias ( $\approx 12\%$ ) são também relevantes no perfil educacional destes ministros. Caso sejam considerados estas cinco áreas em simultâneo, a percentagem ascende a cerca de 76%, o que é demonstrativo do peso exercido pelo conjunto dos domínios científico-humanísticos.

Tabela 4 – Áreas de formação académica dos ministros

Áreas de Formação <sup>19</sup>	Total		Liberais		Não Liberais	
	N	%	N	%	N	%
<b>Economia e Gestão</b>	73	19,2	30	24,8	43	16,6
<b>Direito</b>	63	16,6	21	17,4	42	16,2
<b>Ciências Sociais</b>	55	14,5	21	17,4	34	13,1
<b>Artes e Humanidades</b>	50	13,2	14	11,6	36	13,9
<b>Arquitetura e Engenharias</b>	46	12,1	15	12,4	31	12,0
<b>Ciências Naturais e Exatas</b>	31	8,2	7	5,8	24	9,3
<b>Biologia e Ciências da Saúde</b>	26	6,8	7	5,8	19	7,3
<b>Outros</b>	36	9,5	6	5,0	30	11,6
<b>Total<sup>20</sup></b>	<b>380</b>	<b>100,0</b>	<b>121</b>	<b>100,0</b>	<b>259</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria

Classicamente, a formação académica em Direito é a mais recorrente entre as elites ministeriais um pouco por toda a Europa (Bermeo, 2003: 197; Pinto & Almeida, 2009: 151; Teruel, 2011: 254-256; Almeida, 2022: 345-346) e em outras partes do mundo

<sup>19</sup> Diz respeito à área de formação mais elevada que foi alcançada no momento da seleção para o cargo ministerial. Apenas são ponderados campos de formação que tenham sido completos.

<sup>20</sup> Os totais apresentados simbolizam o número de ministros cuja área de formação nos foi possível apurar informação. Os totais apresentados podem não perfazer 100% devido a arredondamentos.

(Dowding & Lewis, 2015). Por um lado, foi atribuído aos juristas um papel decisivo para a reinvenção da vida política moderna ao terem contribuído para o desenvolvimento de um Estado racionalizado (Weber, 2017 [1917, 1919]: 113) e, por outro lado, são-lhes reconhecidas uma série de competências que não se encontram em outras carreiras. A sua proximidade à prática legislativa e, em alguns casos, à prática parlamentar, fornece-lhes ferramentas de comunicação em público que são particularmente úteis para desempenhar cargos eletivos (Rose, 1971: 409).

O alcance do Direito como uma área do saber fundamental no processo de seleção para as elites parlamentares liberais já vinha sendo notado (Ruostetsaari, 2007: 230). Contudo, o número de deputados pertencentes a partidos liberais com formação jurídica tem vindo a diminuir desde a década de 1950, como consequência do estabelecimento e alargamento de políticas de intervenção estatal típicas do Estado social que implicam, com isso, um crescimento da regulação legal e de conflitos de interesse (Ruostetsaari, 2007: 237). É, por isso, natural que entre os parlamentares pertencentes a partidos liberais se verifique paulatinamente uma diminuição dos diplomados em Direito, uma vez que os liberais, tendem a se afastar de políticas redistributivas quando comparados com outras famílias partidárias.

Assim, conforme os dados apontam na Tabela 4 para as elites ministeriais liberais, apesar de os formados em Direito serem dos grupos mais determinantes nas duas últimas décadas, a verdade é que não é uma característica distintiva dos ministros liberais neste período. Esta tendência de predomínio do Direito é, assim, cada vez menos caracterizadora dos elencos governativos.

Como consta da Tabela 4, existem alterações no impacto dos grupos educacionais entre liberais e não liberais. A Economia, apesar de ocupar a primeira posição nas qualificações académicas em todas as categorias, é mais destacada entre os liberais face aos não liberais, numa diferença situada nos 8% (25% face a 17%). No entanto, noutras áreas de formação, como o Direito, a diferença (1%) é diminuta, sendo, ainda assim, favorável aos liberais. Por sua vez, nas Ciências Sociais nota-se a predominância liberal com a diferença a encontrar-se nos 4%, ao invés das Engenharias onde a diferença é quase nula, com ligeira vantagem para os liberais. Todas as restantes áreas de formação -, tais como as humanidades, a medicina e outros -, demonstram ser mais importantes entre os ministros não liberais.

A escolha de indivíduos com formação em Ciências Sociais não é tradicionalmente relevante. Existem, no entanto, algumas exceções. Na Suécia, a detenção destas credenciais educativas é relevante, alcançando mais de 40% das nomeações de ministros

especialistas desde a Segunda Guerra Mundial (Beckman, 2006: 119; Bäck & Persson, 2018: 70). Em sentido inverso, a Roménia apenas apresentou aproximadamente 2% de ministros com esta formação (Ilonszki & Ștefan-Scalat, 2018: 227).

Na verdade, mesmo com a heterogeneidade de cursos na academia, o crescimento de diplomados em Ciências Sociais pertencentes a partidos liberais noutras elites políticas, como a parlamentar, tem sido assinalado pela literatura (Ruostetsaari, 2007: 230).

A relevância das Ciências Sociais verifica-se igualmente nas elites ministeriais liberais. Podemos interpretar esta importância como resultado da crescente aproximação das Ciências Sociais à formação académica em Economia, visto os liberais terem preferência por graus mais próximos da área económica devido ao tipo de *skills* e à ligação às suas linhas teóricas fundamentais. Na literatura, as Ciências Sociais têm vindo a perder terreno face a outras áreas disciplinares, como a Economia. A área científica dos estudos sociais tem sido vista como estando especialmente próxima da Economia, o que revela, por um lado, o enfraquecimento da primeira que procura usufruir de alguns instrumentos e técnicas próprias da segunda para se poder afirmar e, por outro lado, a maior capacidade de cooptação da segunda face a outras disciplinas - como a primeira (Brenner, 1980).

A valorização de outras formações entre estes membros do governo pode dever-se ao processo de especialização em andamento nas elites políticas. Assim, a detenção de graus académicos relacionados com a Economia é um elemento valorizado na seleção ministerial, na medida em que estas funções combinam elementos técnicos (competências de administração, orientação ou planeamento) com o conhecimento do setor da pasta. Com efeito, alguns estudos sobre ministros tecnocratas revelam que a formação em Economia substituiu o Direito e tornou-se o principal *background* educacional dos ministros em alguns países. Na República Checa, a maioria dos governantes detêm um passado educativo na área económica e das ciências sociais (32%), já na Estónia e na Lituânia ocupam a segunda área mais significativa (27% e 30%, respetivamente), sendo apenas superadas pela agregado da arquitetura, das ciências naturais, da engenharia e da medicina, que alcançam 37% na Estónia e 58% na Lituânia (Semenova, 2018: 184-186). Em outras zonas geográficas, como a Roménia, a influência da Economia e das Ciências Sociais na formação das elites corresponde a um quarto (Semenova, 2019: 171-173).

No caso dos partidos liberais, estes tendem a apresentar propostas e posições programáticas com uma forte componente económica (Close & van Haute, 2019a: 368),

já que as suas posições ideológicas enfatizam o papel das liberdades económicas na esfera privada dos indivíduos (Brennan & Tomasi, 2012: 117). Essa evidência encontra sustentação empírica nos dados apresentados para as áreas de formação educativa na Economia e Gestão. Ou seja, no momento da seleção, os partidos liberais são congruentes com os seus princípios e prioridades ideológicas, corroborando a hipótese inicialmente estabelecida (H.1: *Ministros liberais formam-se mais em graus académicos ligados à Economia e Gestão face a ministros não liberais*). Ademais, entre quem pertence a um governo liberal, a formação académica na área económica muitas das vezes está ligada a uma profissão na mesma área - como veremos adiante na Tabela 8.

### 3.1.3. Natureza do percurso educativo

Quase a totalidade dos ministros frequentou o sistema de ensino público (98%), independentemente de o ter complementado com experiências no setor privado. Assim, apenas cerca de 2% dos ministros não frequentaram, em qualquer grau educativo, o setor público de educação.

Tabela 5 – Percurso educativo de natureza pública dos ministros

Percurso no Ensino Público <sup>21</sup>	Total		Liberais		Não Liberais	
	N	%	N	%	N	%
<b>Sim</b>	386	97,7	123	100,0	263	96,7
<b>Não</b>	9	2,3	0	0,0	9	3,3
<b>Total<sup>22</sup></b>	395	100,0	123	100,0	272	100,0

Fonte: Elaboração própria

Se levarmos em consideração a elite liberal e os que não têm esse perfil, percebemos que os primeiros adquirem um estatuto educativo exclusivamente no ensino público, já os segundos com cerca de 97%. Estes valores comprovam que o ensino público exerce uma elevada influência sobre o capital educativo dos ministros independentemente da posição ideológica.

Por outro lado, apenas aproximadamente 23% dos governantes frequentaram uma (ou mais) escolas privadas, sendo que os restantes (77%) nunca lhe acederam. É, no

<sup>21</sup> Diz respeito a se a natureza de uma (ou mais) das instituições frequentadas pelo ministro ocorreu no ensino público, referente a todo o trajeto educacional e não apenas ao ensino superior. Apenas são ponderados os percursos educativos que tenham sido completos.

<sup>22</sup> Os totais apresentados simbolizam o número de ministros cujo percurso na educação pública nos foi possível apurar informação. Os totais apresentados podem não perfazer 100% devido a arredondamentos.

entanto, entre os não liberais que a formação no ensino privado ganha maior expressão com 25,4%, o que faz com que no seio deste grupo se verifiquem estas credenciais educativas. Já a percentagem de ministros liberais que usufruíram deste tipo de ensino situou-se nos 17%.

Tabela 6 – Percurso educativo de natureza privada dos ministros

Percurso no Ensino Privado <sup>23</sup>	Total		Liberais		Não Liberais	
	N	%	N	%	N	%
<b>Sim</b>	90	22,8	21	17,1	69	25,4
<b>Não</b>	305	77,2	102	82,9	203	74,6
<b>Total<sup>24</sup></b>	395	100,0	123	100,0	272	100,0

Fonte: Elaboração própria

Para além disso, o número de ministros que não frequentaram o ensino privado é assinalável. Enquanto os liberais registam cerca de 83% de indivíduos nesta condição, entre os não liberais esses valores (embora altos) são menores, situando-se perto dos 75%. Existe ainda por parte destes governantes, a escolha por enveredar por percursos educativos de natureza híbrida – o que inclui a passagem tanto pelo setor público como pelo setor privado de educação -, os quais representam a realidade de apenas 21% destes atores governativos.

Deste modo, a nossa expectativa não se confirma (H.2: *Ministros liberais frequentam mais o ensino privado face a ministros não liberais*), uma vez que não se consegue corroborar aquilo que já tinha sido notado para os liberais, por exemplo, no que toca à importância que dão ao financiamento do sistema de ensino privado (Wolf, 2009) e, ainda, no que diz respeito às suas propostas, pela preferência que dão às escolas privadas (Watt, 2003: 345). Na realidade, os não liberais lideram face aos liberais na frequência de ensino privado, com uma diferença de 8%, o que não deixa de ser uma surpresa face às premissas ideológicas dos governos liberais.

No que diz respeito à localização do ensino frequentado pelos ministros, merece ser salientada a forte adesão a um ensino estritamente fixado em território nacional. Os estabelecimentos de ensino dentro do mesmo país de origem dos ministros são comuns

<sup>23</sup> Diz respeito a se a natureza de uma (ou mais) das instituições frequentadas pelo ministro ocorreu no ensino privado, referente a todo o trajeto educacional e não apenas ao ensino superior. Apenas são ponderados os percursos educativos que tenham sido completos.

<sup>24</sup> Os totais apresentados simbolizam o número de ministros cujo percurso na educação privada nos foi possível apurar informação. Os totais apresentados podem não perfazer 100% devido a arredondamentos.

em praticamente 86% das ocasiões, sendo que os outros 14% referem-se aos governantes que acederam e completaram níveis educacionais em instituições estrangeiras.

Tabela 7 – Percurso educativo no ensino estrangeiro dos ministros

Percurso no Ensino Estrangeiro <sup>25</sup>	Total		Liberais		Não Liberais	
	N	%	N	%	N	%
<b>Sim</b>	57	14,4	20	16,3	37	13,6
<b>Não</b>	338	85,6	103	83,7	235	86,4
<b>Total<sup>26</sup></b>	395	100,0	123	100,0	272	100,0

Fonte: Elaboração própria

Em vários países europeus, foi sendo avançado que o currículo educativo construído pelas elites ministeriais dava conta da sua formação internacional. Em Portugal, durante o período democrático entre 1976-1999, esta via alcançou os 27%, no qual o predomínio recaiu em formações académicas pós-graduadas nas áreas da Economia e Engenharia em universidades britânicas (Almeida & Pinto, 2003: 21). Em Espanha, até 2015, os ministros que frequentaram o ensino superior fora do seu país fixaram-se nos 31% (Teruel & Mir, 2018: 160). Já na Roménia, durante a era comunista, um quinto dos ministros formados tinha passado por instituições de ensino além-fronteiras, seja em outras nações pertencentes à extinta União Soviética ou no Ocidente (Iancu, 2016: 166-167).

A elite ministerial liberal apresenta uma maior quantidade de indivíduos a estudar no exterior, com 16% (face a cerca de 14% dos não liberais). Comprova-se assim que os liberais apostam mais em formações especializadas internacionalmente em relação aos não liberais, podendo até conjugar o percurso pelo estrangeiro com um percurso doméstico, de modo a enriquecer o currículo educativo.

Os resultados refletem, por isso, uma maior adesão ao percurso educativo por instituições de educação fora do país de origem entre o conjunto liberal. Contudo, a diferença para o restante conjunto não é assinalável (cerca de 3%), não sendo, por isso, certo que esta seja uma característica distintiva e determinante para o perfil de recrutamento dos ministros de governos liberais. Isto verifica-se, ao mesmo tempo que, tal como consta na Tabela 6, a opção por frequentar com sucesso instituições de ensino

<sup>25</sup> Diz respeito a se algum dos níveis educativos que o ministro completou foi obtido em instituições estrangeiras de ensino e não à localização interna (dentro do país) onde ocorreu essa frequência. É referente a todo o trajeto educacional e não apenas ao ensino superior. Apenas são ponderados os percursos educativos que tenham sido completos.

<sup>26</sup> Os totais apresentados simbolizam o número de ministros cujo percurso na educação estrangeira nos foi possível apurar informação. Os totais apresentados podem não perfazer 100% devido a arredondamentos.

privado é uma realidade distante para a maioria dos governantes liberais. Este é um sinal, aliás, de afastamento entre as premissas liberais e as experiências educativas reportados no perfil de recrutamento destes indivíduos.

Contudo, quando nos focamos somente no percurso educativo dos liberais percebemos que, mais do que serem mais comuns no ensino estrangeiro, são também eles muito dependentes do ensino ao nível doméstico. Essa maior restrição ao ensino nacional pode ser uma consequência da quantidade e qualidade da natureza do ensino nos países em apreço. Ou seja, pode ser o reflexo da escassez de instituições de ensino privadas, a possível falta de cultura privada nestas sociedades, ou até mesmo uma tradição política que tenha afastado essa possibilidade – como, por exemplo, a Estónia, a Lituânia, a República Checa e a Roménia como tendo sido antigos Estados satélite da União Soviética – e que ainda hoje se reflita no currículo educativo dos ministros. No entanto, assumimos que merece uma investigação mais específica e aprofundada.

## **3.2. Credenciais profissionais**

Neste capítulo procura-se caracterizar profissionalmente os ministros, partindo de uma perspetiva comparada entre os que pertenceram a governos *liberais* e os que pertenceram a governos *não liberais*.

Como Putnam (1976: 58-59), argumentou, “The disproportionate representation of certain occupations in political elites is one reflection of the importance of specific skills as credentials for leadership”. O nosso propósito é o de procurar explorar quais são essas experiências profissionais e em que peso e medida são relevantes para o perfil dos ministros de governos liberais. Para este efeito, serão utilizados vários indicadores relativos a esta credencial sociodemográfica.

### **3.2.1. Principal ocupação profissional na carreira**

As profissões mais desempenhadas por estes membros da equipa governativa foram o de administrador empresarial, professor, advogado e gestor, o que equivale a aproximadamente 59% das principais profissões.

Tabela 8 – Principais profissões exercidas pelos ministros

Profissão <sup>27</sup>	Total		Liberais		Não Liberais	
	N	%	N	%	N	%
<b>Administrador de Empresa(s)</b>	86	26,8	42	38,9	44	20,7
<b>Professor</b>	66	20,6	23	21,3	43	20,2
<b>Professor Universitário</b>	44	13,7	13	12,0	31	14,6
<b>Professor Não-Universitário</b>	22	6,9	10	9,3	12	5,6
<b>Advogado</b>	18	5,6	8	7,4	10	4,7
<b>Gestor de Empresa(s)</b>	18	5,6	3	2,8	15	7,0
<b>Médico</b>	16	5,0	5	4,6	11	5,2
<b>Investigador</b>	12	3,7	2	1,9	10	4,7
<b>Outros</b>	105	32,7	25	23,1	80	37,6
<b>Total<sup>28</sup></b>	<b>321</b>	<b>100,0</b>	<b>108</b>	<b>100,0</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria

Em termos gerais, a ocupação profissional mais marcante é a de alto administrador ou diretor de empresa, sendo que mais de um quarto dos ministros teve um passado profissional principal ligado a esta área ocupacional. A carreira de docente merece ser salientada, em particular os professores universitários, uma vez que são os que mais marcam o recrutamento realizado dentro desta profissão, rondando os 14%. Seguem-se os advogados e os gestores ( $\approx 6\%$ ), os médicos (5%) e os investigadores ( $\approx 4\%$ ).

Em particular, entre os ministros pertencentes a governos liberais é relevante o passado empresarial em cargos de elevado prestígio dentro da estrutura profissional em que se inserem (cerca de 39%) e um percurso no ensino (situado nos 21%). Os não liberais apresentam a mesma distribuição de acordo com a ordem de relevância das profissões (21% e 20%, respetivamente). Na terceira colocação, 7% dos ministros liberais durante este período têm a advocacia como principal via ocupacional, mas entre os não liberais essa proporção diminui (cerca de 5%). O oposto sucede com outras profissões onde os não liberais lideram em relação aos liberais, como os gestores, os médicos e os investigadores – sendo de salientar que os gestores alcançam 7% no grupo não liberal, colocando em evidência uma diferença de 4% face aos liberais.

A caracterização profissional das elites liberais, existente na literatura, tem espelhado que, os advogados, merecem ser alvo de consideração. Esta atividade laboral que vinha sendo percecionada como mais visível no historial de uma parte dos parlamentares liberais, visto ser uma ocupação tradicional do setor privado, tem perdido fôlego com a

<sup>27</sup> Diz respeito à principal ocupação profissional desempenhada pelo indivíduo ao longo da sua carreira. São destacadas apenas as ocupações mais recorrentes entre os ministros, tendo as restantes sido categorizadas como “Outros”.

<sup>28</sup> Os totais apresentados simbolizam o número de ministros cuja ocupação profissional nos foi possível apurar informação. Os totais apresentados podem não perfazer 100% devido a arredondamentos.



implementação e alargamento de medidas próprias do Estado social (Ruostetsaari, 2007: 235-238). Esta perda de influência aponta no mesmo sentido dos dados presentes para o perfil de recrutamento ministerial realizado pelos partidos liberais, já que esses mostram que apenas 7,4% dos ministros têm uma passagem predominante pela advocacia, podendo esta ser uma consequência do afastamento dos liberais face a uma ocupação profissional que se encontra mais próxima da esfera de intervencionismo do Estado.

Os resultados de que dispomos permitem identificar uma característica peculiar que é detida ao nível profissional pelos membros das elites ministeriais liberais: a importância do recrutamento de administradores em altos cargos de direção em empresas ligadas à área económica e financeira. Se tivermos em conta os dois perfis, existe um fosso de 18% de diferença (cerca de 39% no caso dos liberais e cerca de 21% nos não liberais, estando a média situada junto aos 27%). Deste modo, indiciam que os partidos liberais valorizam mais, na fase de recrutamento, quem detenha históricos empresariais, económicos e ligados à alta administração do que outras características profissionais presentes no seu currículo. Esta evidência vai ao encontro das premissas do liberalismo. Segundo os seus valores ideológicos, os liberais tendem a desconfiar do papel do Estado, o que se traduz numa defesa de uma menor intervenção na regulação da economia (Smith, 1988; Budge & Keman, 1990: 95). Confirma-se, assim, a terceira hipótese (H.3: *Ministros liberais exercem mais ocupações profissionais ligadas à área económica face a ministros não liberais*).

Por sua vez, o peso da área da Economia (em sentido lato) é bastante importante no currículo laboral destes atores do executivo (42%). Ainda assim, a maioria (cerca de 58%) nunca tenha mantido uma ocupação profissional neste setor, revelando a diversidade dos canais de recrutamento a tantas outras áreas profissionais.

Tabela 9 – Profissões exercidas na área económica pelos ministros

Profissões Económicas <sup>29</sup>	Total		Liberais		Não Liberais	
	N	%	N	%	N	%
<b>Sim</b>	168	42,4	71	57,7	97	35,5
<b>Não</b>	228	57,6	52	42,3	176	64,5
<b>Total<sup>30</sup></b>	396	100,0	123	100,0	273	100,0

Fonte: Elaboração própria

<sup>29</sup> Diz respeito a se alguma das ocupações profissionais exercidas pelo ministro ao longo da sua carreira foi realizada na área económica, financeira e dos negócios.

<sup>30</sup> Os totais apresentados simbolizam o número de ministros cuja ocupação profissional na área da Economia nos foi possível apurar informação. Os totais apresentados podem não perfazer 100% devido a arredondamentos.

No entanto, a quantidade de ministros liberais com uma atividade ocupacional na área económica revela-se de um modo muito pronunciado, dado que perto de 58% destes protagonistas governativos mantiveram uma profissão nessa área. Contrasta, deste modo, com os aproximados 36% de ministros com um perfil partidário diferente do liberal.

Deteta-se, assim, uma distinção entre o perfil ocupacional dos ministros liberais e não liberais. Se é verdade que entre estes predominam profissões intimamente ligadas à vertente económico-financeira e, por isso, ligadas a habilidades técnicas e de gestão; entre os outros este campo profissional não é tão impactante.

Entre os liberais são típicos os empregos ligados à área profissional económica e em que predominam proprietários de pequenas ou grandes empresas, gestores privados e antigos membros de organizações empresariais, assim como os indivíduos vindos do setor primário - o que inclui os agricultores -, que também fazem parte da mesma tendência de predomínio, sobretudo entre os círculos parlamentares. Ou seja, os partidos liberais, conservadores e nacionalistas por contraste aos partidos comunistas, socialistas, sociais-democratas, trabalhistas e verdes têm um maior pendor a situarem-se entre as classes altas da sociedade, serem empregadores e/ou trabalhadores por conta própria, serem agentes económicos no privado e, por último, pertencerem a grupos económicos restritos (Gaxie, 2018: 501-502).

Estes resultados cumprem a nossa expectativa (H.3: *Ministros liberais exercem mais ocupações profissionais ligadas à área económica face a ministros não liberais*) de que estes se envolvessem em maior grau nesta área profissional, visto que defendem como uma das suas principais bandeiras a ligação junto do mercado económico. Esta particularidade leva a que se possa falar na existência de opções de recrutamento diferenciadas nos governos liberais, face a outras famílias partidárias neste aspeto. No entanto, esta característica dos liberais não é apenas restrita na vertente profissional, verificando-se também na sua vertente educativa, ao nível da obtenção de graus académicos em Economia e Gestão (cf. Cap. 3.1.2.).

### 3.2.2. Natureza de atividade da ocupação profissional

Através da Tabela 10, é-nos possível aferir o peso que a natureza da atividade profissional tem no perfil de recrutamento ministerial. A maior parte destes governantes acede a profissões no setor público (cerca de 60%).

Tabela 10 – Natureza da ocupação profissional exercida pelos ministros

Natureza da Atividade Profissional <sup>31</sup>	Total		Liberais		Não Liberais	
	N	%	N	%	N	%
<b>Público</b>	187	59,9	57	53,8	130	63,1
<b>Privado</b>	120	38,5	45	42,5	75	36,4
<b>Misto</b>	5	1,6	4	3,8	1	0,5
<b>Total<sup>32</sup></b>	<b>312</b>	<b>100,0</b>	<b>106</b>	<b>100,0</b>	<b>206</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria

No entanto, o percurso profissional no setor privado é também significativo no perfil profissional destes atores (ronda os 39%). Apenas o estatuto profissional misto - rumo que combina a travessia tanto pelo setor público como pelo setor privado – apresenta um valor quase inexistente (cerca de 2%), como se corrobora em outras investigações (Almeida & Pinto, 2003: 24; Linz, Jerez, & Corzo, 2003: 91). Com efeito, aproximadamente 62% destes membros do executivo tiveram alguma experiência laboral no Público ao longo da sua carreira, pelo que os restantes ingressaram somente em funções de natureza privada.

Levando em conta os dois perfis ministeriais em causa – liberais e não liberais -, apura-se que o primeiro grupo é aquele em que o percurso profissional privado é mais relevante, uma vez que 42,5% unicamente conheceu este setor de atividade durante a sua carreira, contrariamente a 36,4% do segundo grupo. Já, por outro lado, são os ministros de governos não liberais que detêm mais um estatuto profissional público (63,1% dos casos em comparação com os 53,8% dos primeiros).

Assim, os ministros de governos liberais têm ocupações laborais mais repartidas entre o setor público e o setor privado do que os ministros de governos não liberais. A mesma tendência havia-se verificado já para os membros do parlamento, sendo que os deputados de partidos liberais quando comparados com outras famílias partidárias não

<sup>31</sup> Diz respeito à natureza da atividade profissional que fez parte do percurso ocupacional no momento da seleção para o cargo ministerial.

<sup>32</sup> Os totais apresentados simbolizam o número de ministros cujo setor da atividade profissional nos foi possível apurar informação. Os totais apresentados podem não perfazer 100% devido a arredondamentos.

liberais são menos dependentes de um tipo de recrutamento ligado ao setor público (Cotta & Almeida, 2007: 71-72). Especificamente os deputados dinamarqueses de uma das bancadas liberais distinguem-se pelos padrões estáveis ao nível do recurso a ocupações profissionais ligadas ao setor de atividade público (Cotta & Almeida, 2007: 71; Ruostetsaari, 2007: 235). Curioso, mas não sendo de admirar, é quando consideramos os mesmos dados para os ministros liberais na Dinamarca apercebemo-nos de que são mais comuns os ministros com atividade profissional no setor privado (46%) por oposição àqueles que estiveram tanto no setor público (cerca de 39%) como no setor misto (15%).

Os dados permitem, assim, confirmar a hipótese que propusemos (H.4: *Ministros liberais pertencem mais a ocupações profissionais ligadas ao setor de atividade privado face a ministros não liberais*). Esta confirmação é consonante com os princípios liberais, uma vez que nos manifestos e/ou programas eleitorais dos partidos desta cor partidária, destaca-se a sua posição favorável face ao setor privado (Volkens *et al.*, 2021).

### 3.2.3. Profissionais liberais

As profissões por conta própria correspondem a sensivelmente 32% de todas as atividades ocupacionais dos ministros, sendo, por isso, um número expressivo.

Tabela 11 – Profissões liberais exercidas pelos ministros

Profissionais Liberais <sup>33</sup>	Total		Liberais		Não Liberais	
	N	%	N	%	N	%
<b>Sim</b>	101	31,5	28	25,9	73	34,3
<b>Não</b>	220	68,5	80	74,1	140	65,7
<b>Total<sup>34</sup></b>	<b>321</b>	<b>100,0</b>	<b>108</b>	<b>100,0</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria

Claro está que, entre os ministros de governos liberais, foram perto de 26% aqueles que frequentaram profissões liberais. Já no restante conjunto esse valor ascendeu a 34%.

<sup>33</sup> Diz respeito a se alguma das ocupações profissionais exercidas pelo ministro ao longo da sua carreira fez parte do leque de profissões liberais (por conta própria) existentes.

<sup>34</sup> Os totais apresentados simbolizam o número de ministros cuja ocupação profissional ligada às profissões liberais foi possível apurar informação. Os totais apresentados podem não perfazer 100% devido a arredondamentos.

Entre os contributos literários existentes para a elite política liberal, visualiza-se que, entre os parlamentares europeus, as profissões liberais estão entre as que se encontram mais representadas na família partidária dos liberais (Cromwell & Verzichelli, 2007: 209), embora se denote a erosão do impacto destes profissionais no perfil dos membros do parlamento liberais como um dos meios principais do seu recrutamento (Verzichelli, 2007: 277). Embora esta seja uma tendência com particularidades próprias da elite parlamentar liberal, a verdade é que se revela semelhante no caso dos ministros liberais, uma vez que a influência deste agrupamento ocupacional parece ser substituído por outros agrupamentos, como o económico (cf. Cap. 3.2.1.).

Embora fosse expectável uma maior presença de ocupações laborais por conta própria em ministros dotados de um perfil liberal, visto que, segundo as premissas teóricas liberais, estes tendem a desconfiar da interferência do Estado nas várias esferas da sociedade civil (Cotta & Almeida, 2007: 55), isso não se verificou. Infirmar-se, por esta razão, aquilo que era a nossa hipótese (H.5: *Ministros liberais desempenham mais ocupações por conta própria face a ministros não liberais*).

## Conclusão

Esta investigação estabeleceu como objetivo central avaliar se os ministros de governos liberais se singularizam no que toca ao seu perfil educativo e profissional. Tendo este objetivo em conta, foi efetuada uma análise que comparou os governos completamente compostos de (partidos) liberais com os governos completamente compostos de (partidos) não liberais, nas últimas duas décadas, na União Europeia.

Se levarmos em consideração o seu perfil educativo, foram tidos em conta vários indicadores (como o nível de escolaridade, as áreas de formação académica ou a passagem por instituições de ensino público, privado e no estrangeiro), com o intuito de aferir se essas credenciais são importantes para os ministros de governos liberais e se os acabam por distinguir face aos ministros de governos não liberais.

Os resultados revelam que os ministros liberais se formam maioritariamente nas áreas da Economia e Gestão, revelando a importância da área económica na sua formação. Por sua vez, no que se refere ao ensino privado, os ministros liberais não demonstram ser diferenciados. Há, por isso, neste aspeto, uma discrepância entre as ideias que defendem e as escolhas para o executivo.

Em relação ao perfil profissional, foram apresentados vários indicadores (tais como o setor económico, o setor privado e os profissionais por conta própria), de acordo com as características do perfil de recrutamento nesta vertente, com vista a perceber se existe diferenciação entre os dois tipos de ministros em apreço.

Quanto ao setor económico, apurou-se que é relevante entre os governantes liberais. Isto verificou-se através da expressividade de governantes liberais que tinham tido, como principal *background* ocupacional, a administração de empresas, mas também através do avultado de governantes com atividades conetadas às áreas económica, financeira e empresarial.

No mesmo sentido, os partidos liberais tendem a diferenciar-se por deterem indivíduos com uma ocupação laboral relacionada com o setor de atividade privado. Contrariamente à não verificação desta questão para o perfil educativo, para o perfil ocupacional é relevante para os ministros liberais. Por último, a quantidade de profissionais por conta própria entre o conjunto liberal é inferior em comparação com o conjunto não liberal.

Posto isto, os resultados demonstram que a expectativa quanto a uma diferenciação do perfil ministerial liberal existe para o perfil educativo e para o perfil profissional, mas

apenas no que diz respeito à valorização do setor económico (como, por exemplo, no número expressivo de formados em Economia e Gestão e no número de profissionais vindos de uma carreira ligada à alta administração empresarial). Deste modo, pode afirmar-se que os governos liberais se singularizam face a governos não liberais em relação à importância da área económica no *background* dos seus ministros. Já em relação a outras características do seu trajeto educativo e profissional (como, por exemplo, ao nível do ensino privado ou dos profissionais liberais), essa diferenciação não se verifica.

Assim, de modo a dar uma resposta à pergunta de investigação estabelecida previamente “*Em que medida as características educativas e profissionais dos ministros de governos liberais se distinguem das de ministros de governos não liberais?*”, podemos concluir que, os ministros de governos liberais diferenciam-se, em termos educativos e profissionais, mas apenas quanto à importância das habilitações e profissões económicas. Estes resultados acabam por demonstrar que a escolha de ministros liberais reflete a importância que estes partidos dão à política económica. Uma vez chegados ao poder, os partidos liberais, procuram, na medida do possível, selecionar quem personalize essas ideias.

Por fim, cabe apontar algumas pistas de investigação futura, como a de desenvolver estudos que permitam entender as razões pelas quais o setor público-privado não ser capaz, mas apenas a questão económica conseguir explicar a relevância que os partidos liberais lhe dão no momento do recrutamento.

Para além disso, é de assinalar a necessidade de ser realizada uma análise mais alargada a nível temporal, ou até mais aprofundada a outros membros do governo, a outro tipo de executivos e/ou a outro tipo de partidos que compõem o governo.

Em relação à primeira, pelas restrições temporais adotadas, não foi possível apurar se o perfil dos ministros se altera longitudinalmente. Para isso, seria oportuno que os dados fossem estendidos por um período superior às duas últimas décadas (2000-2020) e traçar um perfil de recrutamento mais completo e robusto para os executivos liberais e não liberais.

Seria importante, para além dos ministros, averiguar se o perfil de recrutamento se modifica ou não para as mesmas características sociodemográficas no caso dos secretários de Estado. Com a sua integração, ter-se-á uma perspetiva mais alargada das repercussões que as competências educativas e profissionais têm nos restantes membros do elenco governativo – captando eventuais proximidades ou afastamentos nestas competências

em relação aos ministros - e, ao mesmo tempo, contribuir para o conhecimento mais pormenorizado da elite governativa.

Já no que tange à segunda, seria útil aplicar esta investigação a outro tipo de partidos, com matrizes ideológicas distintas da liberal. Embora, como foi referido ao longo deste trabalho, não existam tantos contributos relativamente à elite liberal face a outras elites (daí a sua importância), não deixaria de ser relevante perceber os contornos que estas experiências assumem em particular no perfil de recrutamento de ministros conotados pelas mais diversas ideologias – como, por exemplo, partidos conservadores, socialistas, verdes, entre outros.

Por sua vez, averiguar o perfil educativo e profissional em tipos de governos que não sejam exclusivamente compostos por partidos liberais ou por partidos não liberais, torna-se vantajoso para retirar conclusões em soluções governativas que combinem diversas cores partidárias. Isso permitiria, por um lado, alargar o número de casos de estudo e, por outro, descobrir nuances próprias em governos com composições muito diferenciadas, como é o caso de coligações de partidos marcados por ideologias distintas (liberais e não liberais) na mesma composição governativa.

Em suma, esta investigação procurou conhecer as particularidades do perfil educativo e profissional da elite ministerial liberal. Nesse sentido, visou trazer um contributo original tanto para a literatura sobre o perfil de recrutamento das elites ministeriais como para a literatura sobre os partidos e governos liberais, que acreditamos dever ser continuado e aprofundado em futuras investigações.



## Bibliografia

- Alexiadou, D. (2022). Cabinet ministers and inequality. *European Journal of Political Research*, 61, 326-350.
- Allen, P. (2013). Linking pre-parliamentary political experience and the career trajectories of the 1997 general election cohort. *Parliamentary Affairs*, 66(4), 685-707.
- Almeida, P. T. de (1995). *A construção do Estado liberal: Elite política e burocracia na 'Regeneração' (1851-1890)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Almeida, P. T. de (2022). Political elites and executive leadership. In J. Fernandes., P. Magalhães., & A. C. Pinto (eds.), *The Oxford handbook of Portuguese politics* (pp. 339-352). Oxford: Oxford University Press.
- Almeida, P. T. de., Pinto, A. C., & Bermeo, N. (eds.) (2003). *Who governs Southern Europe? Regime change and ministerial recruitment, 1850-2000*. London: Frank Cass.
- Almeida, P. T. de., & Pinto, A. C. (2003). Portuguese ministers, 1851-1999: Social background and paths to power. In P. T. de Almeida., A. C. Pinto., N. Bermeo (eds.), *Who governs Southern Europe? Regime change and ministerial recruitment, 1850-2000* (pp. 4-37). London: Frank Cass.
- Andeweg, R. B., Elgie, R., Helms, L., Kaarbo, J., & Müller-Rommel, F. (2020). The political executive returns. In R. B. Andeweg., R. Elgie., L. Helms., J. Kaarbo., & F. Müller-Rommel (eds.), *The Oxford handbook of political executives* (pp. 1-22). Oxford: Oxford University Press.
- Armingeon, K., Engler, S., & Leemann, L. (2022). *Supplement to the Comparative Political Data Set - Government composition 1960-2019*. Zurich: Department of Political Science, University of Zurich.
- Askim, J., Karlsen, R., & Kolltveit, K. (2021). Public office as a stepping-stone? Investigating the careers of ministerial advisors. *Political Studies Review*, 19(4), 539-557.
- Bäck, H., & Persson, T. (2018). No more political insiders? Ministerial selection in Sweden during the post-WWII period. In A. C. Pinto., M. Cotta., & P. T. de Almeida

- (eds.), *Technocratic ministers and political leadership in European democracies* (pp. 53-75). Cham: Palgrave Macmillan.
- Bakema, W. E., & Secker, I. P. (1988). Ministerial expertise and the Dutch case. *European Journal of Political Research*, 16, 153-170.
- Barker, R. (2001). *Legitimizing identities: The self-presentations of rulers and subjects*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Beckman, L. (2006). The competent cabinet? Ministers in Sweden and the problem of competence and democracy. *Scandinavian Political Studies*, 29(2), 111-129.
- Bellamy, R. (1993). Liberalism. In R. Eatwell., & A. Wright (eds.), *Contemporary political ideologies* (pp. 23-49). London: Pinter Publishers.
- Berlin, I. (2002 [1969]). *Liberty*. Oxford: Oxford University Press.
- Berlinski, S., Dewan, T., & Dowding, K. (2007). The length of ministerial tenure in the United Kingdom, 1945-97. *British Journal of Political Science*, 37(2), 245-262.
- Bermeo, N. (2003). Ministerial elites in Southern Europe: Continuities, changes and comparisons. In P. T. de Almeida., A. C. Pinto., & N. Bermeo (eds.), *Who governs Southern Europe? Regime change and ministerial recruitment, 1850-2000* (pp. 191-212). London: Frank Cass.
- Best, H. (2019). Economic elites - political elites: Scenes from a symbiosis. In L. Vogel., R. Gebauer., & A. Salheiser (eds.), *The contested status of political elites: At the crossroads* (pp. 44-57). New York: Routledge.
- Best, H., & Cotta, M. (eds.) (2000). *Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: Legislative recruitment and careers in eleven European countries*. Oxford: Oxford University Press.
- Best, H., & Semenova, E. (2015). The development of parliamentary representation in post-1990 Europe. In J. M. Magone (ed.), *Routledge handbook of European politics* (pp. 439-450). London and New York: Routledge.
- Best, H., & Vogel, L. (2018). Representative elites. In H. Best., & J. Higley (eds.), *The Palgrave handbook of political elites* (pp. 339-362). London: Palgrave Macmillan.
- Blondel, J. (1985). *Government ministers in the contemporary world*. London: Sage Publications.
- Blondel, J. (1987). *Political leadership: Towards a general analysis*. London: Sage Publications.

- Blondel, J. (1991a). The post-ministerial careers. In J. Blondel., & J-L. Thiébault (eds.), *The profession of government minister in Western Europe* (pp. 153-173). London: Macmillan.
- Blondel, J. (1991b). Ministers of finance in Western Europe: A special career?. *Working Paper*, 91(11), Florence: European University Institute.
- Blondel, J. (1995). *Comparative government: An introduction*. New York: Harvester Wheatsheaf.
- Blondel, J., & Cotta, M. (eds.) (1996). *Party and government: An inquiry into the relationship between governments and supporting parties in liberal democracies*. London: Macmillan.
- Blondel, J., & Cotta, M. (eds.) (2000). *The nature of party government: A comparative European perspective*. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan.
- Blondel, J., & Thiébault, J-L. (eds.) (1991). *The profession of government minister in Western Europe*. London: Macmillan.
- Borchert, J., & Stolz, K. (2011). Introduction: Political careers in multi-level systems. *Regional and Federal Studies*, 21(2), 107-115.
- Bovens, M., & Wille, A. (2017). *Diploma democracy: The rise of political meritocracy*. Oxford: Oxford University Press.
- Brennan, J., & Tomasi, J. (2012). Classical liberalism. In D. Estlund (ed.), *The Oxford handbook of political philosophy* (pp. 115-132). Oxford: Oxford University Press.
- Brenner, R. (1980). Economics - An imperialist science?. *The Journal of Legal Studies*, 9(1), 179-188.
- Bright, J., Döring, H., & Little, C. (2015). Ministerial importance and survival in government: Tough at the top?. *West European Politics*, 38(3), 441-464.
- Browne, E. C., & Franklin, M. N. (1973). Aspects of coalition payoffs in European parliamentary democracies. *American Political Science Review*, 67(2), 453-469.
- Budge, I., & Keman, H. (1990). *Parties and democracy: Coalition formation and government functioning in twenty States*. Oxford: Oxford University Press.
- Camerlo, M., Paris, A., Ruel, T., Silva, P., & Silveira, P. (2020). *Governo e elites governativas em Portugal (1976-2020)*. Lisboa: Observatório da Qualidade da Democracia, Instituto de Ciências Sociais.

- Camia, V., & Caramani, D. (2012). Family meetings: Ideological convergence within party families across Europe, 1945-2009. *Comparative European Politics*, 10(1), 48-85.
- Carvalho, R. A. de., & Fernandes, T. (2003). A elite política do marcelismo: Ministros, secretários/subsecretários de Estado e deputados (1968-1974). In A. C. Pinto., & A. Freire (eds.), *Elites, sociedade e mudança política* (pp. 67-96). Lisboa: Celta Editora.
- Cholova, B., & De Waele, J-L. (2019). Liberal parties in Central and Eastern Europe: Between success and failure. In C. Close., & E. van Haute (eds.), *Liberal parties in Europe* (pp. 225-240). London and New York: Routledge.
- Close, C. (2019). The liberal party family ideology: Distinct, but diverse. In C. Close., & E. van Haute (eds.), *Liberal parties in Europe* (pp. 326-347). London and New York: Routledge.
- Close, C., & Delwit, P. (2019). Liberal parties and elections: Electoral performances and voters' profile. In C. Close., & E. van Haute (eds.), *Liberal parties in Europe* (pp. 281-309). London and New York: Routledge.
- Close, C., & Legein, T. (2023). Liberal parties. In N. Carter., D. Keith., G. M. Sindre., & S. Vasilopoulou (eds.), *The Routledge handbook of political parties* (pp. 149-160). London and New York: Routledge.
- Close, C., & van Haute, E. (2019a). Liberal parties in Europe: Conclusion. In C. Close., & E. van Haute (eds.), *Liberal parties in Europe* (pp. 364-376). London and New York: Routledge.
- Close, C., & van Haute, E. (eds.) (2019b). *Liberal parties in Europe*. London and New York: Routledge.
- Cotta, M. (2000). Defining party and government. In J. Blondel., & M. Cotta (eds.), *The nature of party government: A comparative European perspective* (pp. 56-95). Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan.
- Cotta, M. (2008). *Democracia, partidos e elites políticas: Ensaios* (Trad. J. P. Ruivo., & R. Garnel). Lisboa: Livros Horizonte.
- Cotta, M., & Almeida, P. T. de (2007). From servants of the State to elected representatives: Public sector background among members of parliament. In M. Cotta., & H. Best (eds.), *Democratic representation in Europe: Diversity, change, and convergence* (pp. 51-76). Oxford: Oxford University Press.

- Cotta, M., & Best, H. (2000). Between professionalization and democratization: A synoptic view on the making of the European representative. In H. Best., & M. Cotta (eds.), *Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: Legislative recruitment and careers in eleven European countries* (pp. 493-526). Oxford: Oxford University Press.
- Cotta, M., & Best, H. (eds.) (2007). *Democratic representation in Europe: Diversity, change, and convergence*. Oxford: Oxford University Press.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (5.<sup>a</sup> ed.). Los Angeles: Sage Publications.
- Cromwell, V., & Verzichelli, L. (2007). The changing nature and role of European conservative parties in parliamentary institutions from 1848 to the twenty-first century. In M. Cotta., & H. Best (eds.), *Democratic representation in Europe: Diversity, change, and convergence* (pp. 193-216). Oxford: Oxford University Press.
- Czudnowski, M. M. (ed.) (1982). *Does who governs matter? Elite circulation in contemporary societies*. Illinois: Northern Illinois University Press.
- Daalder, H., & Koole, R. (1988). Liberal parties in the Netherlands. In E. J. Kirchner (ed.), *Liberal parties in Western Europe* (pp. 151-177). Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- Davis, R. H. (1997). *Women and power in parliamentary democracies: Cabinet appointments in Western Europe, 1968-1992*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- De Winter, L. (1991). Parliamentary and party pathways to the cabinet. In J. Blondel., & J-L. Thiébaud (eds.), *The profession of government minister in Western Europe* (pp. 44-69). London: Macmillan.
- De Winter, L. (ed.) (2000). *Liberalism and liberal parties in the European Union*. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials.
- Delwit, P. (ed.) (2002). *Libéralismes et partis libéraux en Europe*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles.
- Dogan, M. (ed.) (1975). *The mandarins of Western Europe: The political role of top civil servants*. New York: John Wiley.
- Dogan, M. (ed.) (1989a). *Pathways to power: Selecting rulers in pluralist democracies*. Boulder: Westview Press.

- Dogan, M. (1989b). Introduction: Selecting cabinet ministers. In M. Dogan (ed.), *Pathways to power: Selecting rulers in pluralist democracies* (pp. 1-18). Boulder: Westview Press.
- Dowding, K., & Dumont, P. (eds.) (2009). *The selection of ministers in Europe: Hiring and firing*. London and New York: Routledge.
- Dowding, K., & Dumont, P. (eds.) (2015). *The selection of ministers around the world*. London and New York: Routledge.
- Dowding, K., & Lewis, C. (2015). Australia: Ministerial characteristics in the Australian federal government. In K. Dowding., & P. Dumont (eds.), *The selection of ministers around the World* (pp. 44-60). London and New York: Routledge.
- Dumont, P., & Verzichelli, P. (2015). Selection and de-selection of ministers. In J. M. Magone (ed.), *Routledge handbook of European politics* (pp. 451-465). London and New York: Routledge.
- Ecker, A., & Meyer, T. M. (2019). Fairness and qualitative portfolio allocation in multiparty governments. *Public Choice*, 181(3-4), 309-330.
- Ennsner, L. (2012). The homogeneity of West European party families: The radical right in comparative perspective. *Party Politics*, 18(2), 151-171.
- Escobar-Lemmon, M., & Taylor-Robinson, M. M. (2005). Women ministers in Latin American government: When, where, and why?. *American Journal of Political Science*, 49(4), 829-844.
- Escobar-Lemmon, M., & Taylor-Robinson, M. M. (2016). *Women in presidential cabinets: Power players or abundant tokens?*. Oxford: Oxford University Press.
- Fernandes, T. (2003). The liberal wing of the National Assembly (1969-73): A sociological profile. *Portuguese Journal of Social Science*, 2(2), 105-124.
- Fettelschoss, K. (2007). A comparative data exploration of government ministers in Eastern Europe: New patterns. Paper apresentado em *Recruitment and role perceptions of political elites in old and new democracies*, University of Lüneburg, Germany, 23 January.
- Franklin, M. (2008). Quantitative analysis. In D. Della Porta., & M. Keating (eds.), *Approaches and methodologies in the social sciences: A pluralist perspective* (pp. 240-262). Cambridge: Cambridge University Press.

- Freire, A., & Tsatsanis, E. (2015). Party families, ideological distinctiveness and cohesion: A strong test of the heuristics of the concept of '*familles spirituelles*'. Paper apresentado em *ECPR General Conference*, Montreal, Canada, 26-29 August.
- Gaxie, D. (2003). *La démocratie représentative*. Paris: Montchrestien.
- Gaxie, D. (2018). Political and social backgrounds of political elites. In H. Best., & J. Higley (eds.), *The Palgrave handbook of political elites* (pp. 489-506). London: Palgrave Macmillan.
- Gaxie, D., & Godmer, L. (2007). Cultural capital and political selection: Educational backgrounds of parliamentarians. In M. Cotta., & H. Best (eds.), *Democratic representation in Europe: Diversity, change, and convergence* (pp. 106-135). Oxford: Oxford University Press.
- Hartmann, M. (2018). Economic elites. In H. Best., & J. Higley (eds.), *The Palgrave handbook of political elites* (pp. 399-416). London: Palgrave Macmillan.
- Hearl, D. (1988). Ambivalence revisited: An analysis of liberal party manifestos since 1945. In E. J. Kirchner (ed.), *Liberal parties in Western Europe* (pp. 436-454). Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- Hellström, J., & Walther, D. (2019). Governmental participation and alliances of liberal parties in Europe. In C. Close., & E. van Haute (eds.), *Liberal parties in Europe* (pp. 310-325). London and New York: Routledge.
- Herre, B. (2022). Identifying ideologues: A global dataset on political leaders, 1945-2020. *British Journal of Political Science*, 1-9.
- Herzog, D. (1975). *Politische karrieren: Selektion und professionalisierung politischer Führungsgruppen*. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- Heywood, A. (2021). *Political ideologies: An introduction* (7.<sup>a</sup> ed.). London: Red Globe Press.
- Hix, S., & Lord, C. (1997). *Political parties in the European Union*. New York: St. Martin's Press.
- Hooghe, L., Marks, G., & Wilson, C. J. (2002). Does left/right structure party positions on European integration?. *Comparative Political Studies*, 35(8), 965-989.
- Iancu, A. (2016). The "westernisation" of the communist elites in Romania: Elite modernity, integration and change. *History of Communism in Europe*, 7, 155-173.

- Iłonszki, G., & Ștefan-Scalat, L. (2018). Variations in the expert ministerial framework in Hungary and Romania: Personal and institutional explanations. In A. C. Pinto., M. Cotta., & P. T. de Almeida (eds.), *Technocratic ministers and political leadership in European democracies* (pp. 203-234). Cham: Palgrave Macmillan.
- Indridason, I. H., & Kam, C. (2008). Cabinet reshuffles and ministerial drift. *British Journal of Political Science*, 38(4), 621-656.
- Jensen, T. K. (2003). Denmark: Professionalism in an egalitarian political culture. In J. Borchert., & J. Zeiss (eds.), *The political class in advanced democracies: A comparative handbook* (pp. 84-106). Oxford: Oxford University Press.
- Kaiser, A., & Fischer, J. (2009). Linkages between parliamentary and ministerial careers in Germany, 1949-2008: The Bundestag as recruitment pool. *German Politics*, 18(2), 140-154.
- Takepaki, M., Kountouri, F., Verzichelli, L., & Coller, X. (2018). The sociopolitical profile of parliamentary representatives in Greece, Italy and Spain before and after the “Eurocrisis”: A comparative empirical assessment. In G. Cordero., & X. Coller (eds.), *Democratizing candidate selection: New methods, old receipts?* (pp. 175-200). Cham: Palgrave Macmillan.
- Kanol, D. (2020). Interest groups and lobbying in political executives. In R. B. Andeweg., R. Elgie., L. Helms., J. Kaarbo., & F. Müller-Rommel (eds.), *The Oxford handbook of political executives* (pp.608-626). Oxford: Oxford University Press.
- Kirchner, E. J. (ed.) (1988). *Liberal parties in Western Europe*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- Knutsen, O. (2005). The impact of sector employment on party choice: A comparative study of eight West European countries. *European Journal of Political Research*, 44(4), 593-621.
- Kosiara-Pedersen, K. (2019). The Danish liberal parties. In C. Close., & E. van Haute (eds.), *Liberal parties in Europe* (pp. 44-59). London and New York: Routledge.
- Krastev, I. (2007). The strange death of the liberal consensus. *Journal of Democracy*, 18(4), 56-63.
- Krook, M. L., & O’Brien, D. Z. (2012). All the president’s men? The appointment of female cabinet ministers worldwide. *The Journal of Politics*, 74(3), 840-855.



- Kuklys, M. (2014). Recruitment of parliamentary representatives in an ethno-liberal democracy: Estonia. In E. Semenova., M. Edinger., & H. Best (eds.), *Parliamentary elites in Central and Eastern Europe: Recruitment and representation* (pp. 99-121). London and New York: Routledge.
- Kuklys, M. (2019). Careers of long-standing legislators and the making of the parliamentary elite: Evidence from 25 Baltic parliaments. In L. Vogel., R. Gebauer., & A. Salheiser (eds.), *The contested status of political elites: At the crossroads* (pp. 124-139). New York: Routledge.
- Lane, J-E., McKay, D., & Newton, K. (1997). *Political data handbook: OECD countries*. Oxford: Oxford University Press.
- Linz, J. J., Jerez, M., & Corzo, S. (2003). Ministers and regimes in Spain: From the first to the second restoration, 1874-2002. In P. T. de Almeida., A. C. Pinto., & N. Bermeo (eds.), *Who governs Southern Europe? Regime change and ministerial recruitment, 1850-2000* (pp. 38-108). London: Frank Cass.
- Lipset, S. M., & Rokkan, S. (1967). Cleavage structures, party systems, and voter alignments: An introduction. In S. M. Lipset., & S. Rokkan (eds.), *Party systems and voter alignments: Cross-national perspectives* (pp. 1-64). New York: The Free Press.
- Lobo, M. C. (2005). *Governar em democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Locke, J. (2003 [1689]). *Two treatises of government and a letter concerning toleration*. New Haven and London: Yale University Press.
- Mair, P. (1994). Party organizations: From civil society to the State. In R. S. Katz., & P. Mair (eds.), *How parties organize: Change and adaptation in party organizations in Western democracies* (pp. 1-22). London: Sage Publications.
- Mair, P., & Mudde, C. (1998). The party family and its study. *Annual Review of Political Science*, 1, 211-229.
- Mansfeldová, Z. (2014). The Czech parliament on the road to professionalization and stabilization. In E. Semenova., M. Edinger., & H. Best (eds.), *Parliamentary elites in Central and Eastern Europe: Recruitment and representation* (pp. 33-53). London and New York: Routledge.
- Margulies, B. (2014). The future of the liberal party family: A survey of new liberal parties and other trends. *Rivista Italiana di Scienza Politica*, 3, 267-298.

- Marôco, J. (2021). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (8.<sup>a</sup> ed.). Pêro Pinheiro: Report Number.
- Matonytė, I., & Šumskas, G. (2014). Lithuanian parliamentary elites after 1990: Dilemmas of political representation and political professionalism. In E. Semenova., M. Edinger., & H. Best (eds.), *Parliamentary elites in Central and Eastern Europe: Recruitment and representation* (pp. 145-168). London and New York: Routledge.
- Mill, J. S. (2001 [1861]). *Representative government*. Kitchener: Batoche Books.
- Müller-Rommel, F., Kroeber, C., & Vercesi, M. (2020). Political careers of ministers and prime ministers. In R. B. Andeweg., R. Elgie., L. Helms., J. Kaarbo., & F. Müller-Rommel (eds.), *The Oxford handbook of political executives* (pp. 229-250). Oxford: Oxford University Press.
- Norris, P. (ed.) (1997). *Passages to power: Legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Norris, P., & Lovenduski, J. (1995). *Political recruitment: Gender, race and class in the British parliament*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- O'Brien, D. Z., & Reyes-Housholder, C. (2020). Women and executive politics. In R. B. Andeweg., R. Elgie., L. Helms., J. Kaarbo., & F. Müller-Rommel (eds.), *The Oxford handbook of political executives* (pp. 251-272). Oxford: Oxford University Press.
- Oesch, D., & Rennwald, L. (2018). Electoral competition in Europe's new tripolar political space: Class voting for the left, centre-right and radical right. *European Journal of Political Research*, 57(4), 783-807.
- Pareto, V. (1968). *Traité de sociologie générale* (3.<sup>a</sup> ed.). Genève: Droz.
- Paris, A. (2023). *Governo e perfis ministeriais em Portugal: Uma análise do XXIII governo constitucional numa perspectiva longitudinal*. Lisboa: Observatório da Qualidade da Democracia, Instituto de Ciências Sociais.
- Paris, A., & Silveira, P. (2023). O III governo de António Costa: Partidarização e especialização da elite ministerial. In M. Camerlo., D. Pimenta., J. G. de Lima., & L. Hanenberg (eds.), *Democracia em Portugal 2022: Caderno do Observatório da Qualidade da Democracia* (pp. 61-67). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Parry, G. (1969). *Political elites*. London: George Allen and Unwin Ltd.
- Pinto, A. C. (2000). O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945). *Análise Social*, 35(157), 1055-1076.

- Pinto, A. C. (2020). A elite ministerial da democracia portuguesa. Entre políticos e tecnocratas. In R. Branco., & T. Fernandes (eds.), *45 anos de democracia em Portugal* (pp. 143-161). Lisboa: Assembleia da República.
- Pinto, A. C., & Almeida, P. T. de (2009). Portugal: The primacy of 'independents'. In K. Dowding., & P. Dumont (eds.), *The selection of ministers in Europe: Hiring and firing* (pp. 147-158). London and New York: Routledge.
- Pinto, A. C., & Almeida, P. T. de (2018). The primacy of experts? Non-partisan ministers in Portuguese democracy. In A. C. Pinto., M. Cotta., & P. T. de Almeida (eds.), *Technocratic ministers and political leadership in European democracies* (pp. 111-137). Cham: Palgrave Macmillan.
- Pinto, A. C., Cotta, M., & Almeida, P. T. de (eds.) (2018). *Technocratic ministers and political leadership in European democracies*. Cham: Palgrave Macmillan.
- Plattner, M. F. (2019). Illiberal democracy and the struggle on the right. *Journal of Democracy*, 30(1), 5-19.
- Portas, P., & Valente, V. P. (1990). O primeiro-ministro: Estudo sobre o poder executivo em Portugal. *Análise Social*, 25(107), 333-349.
- Putnam, R. D. (1973). The political attitudes of senior civil servants in Western Europe. *British Journal of Political Science*, 3, 257-290.
- Putnam, R. D. (1976). *The comparative study of political elites*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Rose, R. (1971). The making of cabinet ministers. *British Journal of Political Science*, 1(4), 393-414.
- Ruostetsaari, I. (2007). Restructuring of the European political centre: Withering liberal and persisting agrarian party families. In M. Cotta., & H. Best (eds.), *Democratic representation in Europe: Diversity, change, and convergence* (pp. 217-252). Oxford: Oxford University Press.
- Seiler, D-L. (2002). Le paradoxe libéral: La faiblesse d'une force d'avenir. In P. Delwit (ed.), *Libéralismes et partis libéraux en Europe* (pp. 37-56). Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles.
- Semenova, E. (2011). Ministerial and parliamentary elites in an executive-dominated system: Post-soviet Russia 1991-2009. *Comparative Sociology*, 10(6), 908-927.

- Semenova, E. (2018). Recruitment and careers of ministers in Central Eastern Europe and Baltic countries. In A. C. Pinto., M. Cotta., & P. T. de Almeida (eds.), *Technocratic ministers and political leadership in European democracies* (pp. 173-202). Cham: Palgrave Macmillan.
- Semenova, E. (2019). Farewell to the party elites? Politically inexperienced ministers in Central and Eastern European cabinets. In L. Vogel., R. Gebauer., & A. Salheiser (eds.), *The contested status of political elites: At the crossroads* (pp. 160-182). New York: Routledge.
- Semenova, E., Edinger, M., & Best, H. (eds.) (2014). *Parliamentary elites in Central and Eastern Europe: Recruitment and representation*. London and New York: Routledge.
- Siaroff, A. (2000). Women's representation in legislatures and cabinets in industrial democracies. *International Political Science Review*, 21(2), 197-215.
- Siaroff, A. (2019). *Comparative European party systems: An analysis of parliamentary elections since 1945* (2.<sup>a</sup> ed.). New York: Routledge.
- Siavelis, P. M., & Morgenstern, S. (eds.) (2008). *Pathways to power: Political recruitment and candidate selection in Latin America*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.
- Silva, P., Silveira, P., Paris, A., & Camerlo, M. (2023). Patterns of ministerial recruitment, partisanship and financial crisis. In A. C. Pinto (ed.), *Portugal since the 2008 economic crisis: Resilience and change* (pp. 110-128). London and New York: Routledge.
- Silveira, P. (2022). *Governo de Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Silveira, P., & Silva, P. (2022). Executive politics. In J. Fernandes., P. Magalhães., & A. C. Pinto (eds.), *The Oxford handbook of Portuguese politics* (pp. 149-163). Oxford: Oxford University Press.
- Smith, G. (1988). Between left and right: The ambivalence of European liberalism. In E. J. Kirchner (ed.), *Liberal parties in Western Europe* (pp. 16-28). Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- Smith, J. (2014). Between ideology and pragmatism: Liberal party politics at the European level. *Acta Politica*, 49(1), 105-121.

- Starr, P. (2007). *Freedom's power: The history and promise of liberalism*. New York: Basic Books.
- Ștefan-Scalat, L. (2004). *Patterns of political elite recruitment in post-communist Romania*. Bucharest: Ziua.
- Ștefan-Scalat, L. (2009). *Pathways to cabinet: Selecting ministers in post-communist Romania*. Universität Jena: SFB580.
- Ștefan-Scalat, L. (2012). *Who governs Romania? Profiles of Romanian political elites before and after 1989*. Bucharest: Editura Institutului de Științe Politice și Relații Internaționale.
- Steyvers, K., & Reynaert, H. (2006). 'From the few are chosen the few...' On the social background of European mayors. In H. Bäck., H. Heinelt., & A. Magnier (eds.), *The European mayor: Political leaders in the changing context of local democracy*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Teruel, J. R. (2010). ¿Gobierno parlamentario sin ministros parlamentarios? La influencia de la descentralización en las carreras de la elite ministerial española. *Revista Española de Ciencia Política*, 24, 83-105.
- Teruel, J. R. (2011). *Los ministros de la España democrática: Reclutamiento político y carrera ministerial de Suárez a Zapatero (1976-2010)*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Teruel, J. R., & Mir, M. J. (2018). The selection and deselection of technocratic ministers in democratic Spain. In A. C. Pinto., M. Cotta., & P. T. de Almeida (eds.), *Technocratic ministers and political leadership in European democracies* (pp. 139-171). Cham: Palgrave Macmillan.
- Theakston, K. (1999). Junior ministers in the 1990s. *Parliamentary Affairs*, 52(2), 230-245.
- Thiébault, J-L. (1991a). Local and regional politics and cabinet membership. In J. Blondel., & J-L. Thiébault (eds.), *The profession of government minister in Western Europe* (pp. 31-43). London: Macmillan.
- Thiébault, J-L. (1991b). The social background of Western European cabinet ministers. In J. Blondel., & J-L. Thiébault (eds.), *The profession of government minister in Western Europe* (pp. 19-30). London: Macmillan.

- Van de Haar, E. (2015). *Degrees of freedom: Liberal political philosophy and ideology*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Van Onselen, P. (2004). Pre-parliamentary backgrounds of Australian major party MPs: Effects on representation. *The Journal of Legislative Studies*, 10(4), 84-106.
- Verzichelli, L. (2007). Christian democratic parliamentarians: From a century of multifaceted recruitment to the convergence within a 'larger family'?. In M. Cotta., & H. Best (eds.), *Democratic representation in Europe: Diversity, change, and convergence* (pp. 253-283). Oxford: Oxford University Press.
- Verzichelli, L., & Edinger, M. (2005). A critical juncture? The 2004 European elections and the making of a supranational elite. *The Journal of Legislative Studies*, 11(2), 254-274.
- Warwick, P. V. (1999). Ministerial autonomy or ministerial accommodation? Contested bases of government survival in parliamentary democracies. *British Journal of Political Science*, 29(2), 369-394.
- Warwick, P. V., & Druckman, J. N. (2006). The portfolio allocation paradox: An investigation into the nature of a very strong but puzzling relationship. *European Journal of Political Research*, 45(4), 635-665.
- Watt, T. T. (2003). Are small schools and private schools better for adolescents' emotional adjustment?. *Sociology of Education*, 76(4), 344-367.
- Weber, M. (2017 [1917, 1919]). *A ciência e a política como ofício e vocação* (Trad. H. Topa). Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Wolf, F. (2009). The division of labour in education funding: A cross-national comparison of public and private education expenditure in 28 OECD countries. *Acta Politica*, 44, 50-73.

## Webgrafia

European Social Survey (2020). Guidelines for the measurement of educational attainment in the European Social Survey. Disponível em [https://www.europeansocialsurvey.org/docs/methodology/ESS\\_guidelines\\_for\\_the\\_measurement\\_of\\_educational\\_attainment\\_ed2.pdf](https://www.europeansocialsurvey.org/docs/methodology/ESS_guidelines_for_the_measurement_of_educational_attainment_ed2.pdf)

Eurydice (2022). National education systems. Disponível em <https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/national-education-systems>

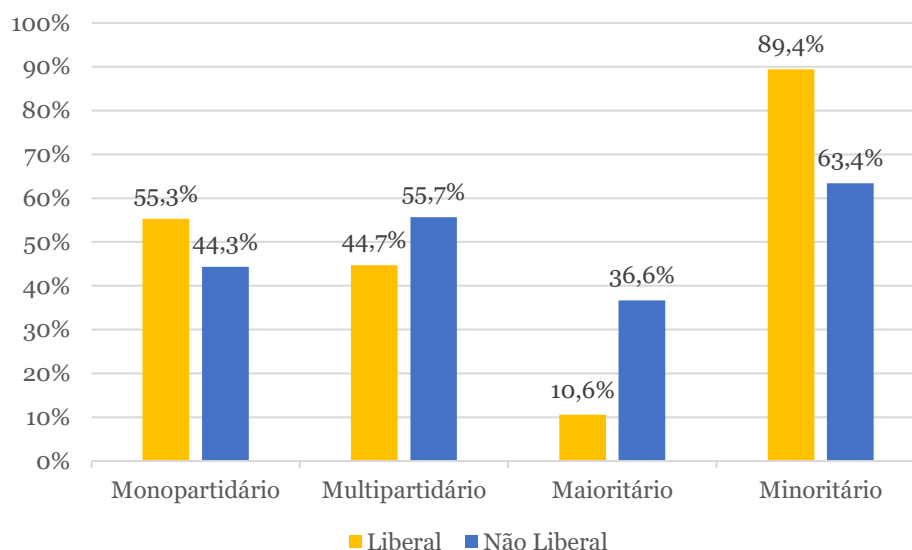
IPU Parline (2022). Parline - Global data on national parliaments. Disponível em <https://data.ipu.org/content/parline-global-data-national-parliaments>

Teorell, J., Sundström, A., Holmberg, S., Rothstein, B., Pachon, N. A., & Dalli, C. M. (2022). The quality of government standard dataset. Gothenburg: University of Gothenburg, The Quality of Government Institute. Disponível em <https://www.gu.se/en/quality-government>

Volkens, A., Burst, T., Krause, W., Lehmann, P., Matthieß, T., Regel, S., Weßels, B., & Zehnter, L. (2021). *The Manifesto data collection. Manifesto Project (MRG/CMP/MARPOR)*. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB). Disponível em <https://doi.org/10.25522/manifesto.mpds.2021a>

## Anexos

### Anexo I – Distribuição dos ministros por tipo de governo



Fonte: Elaboração própria

### Anexo II – Características dos governos por país

Países	Governo	Partidos no Governo	Ideologia dos Partidos no Governo	Duração do Governo
<b>Dinamarca</b>	Løkke Rasmussen (II)	LIB	Liberal	2015-2016
	Mette Frederiksen	SD	Não Liberal	2019-
<b>Estónia</b>	Siim Kallas	RE, KE	Liberal	2002-2003
<b>Irlanda</b>	Brian Cowen (III)	FF	Liberal	2011-2011
	Enda Kenny (I)	FG, LAB	Não Liberal	2011-2016
	Enda Kenny (II)	FG	Não Liberal	2016-2017
	Leo Varadkar (I)	FG	Não Liberal	2017-2020
	Leo Varadkar (II)	FG	Não Liberal	2020-2020
<b>Lituânia</b>	Rolandas Paksas (II)	LLS, NS-SL	Liberal	2000-2001



As Elites Ministeriais Liberais: Perfil de Recrutamento  
Educativo-Profissional

	Sailius Skvernelis	LVŽS, EAPL-CFA, LSDP, LSDDP	Não Liberal	2016-2020
	Ingrida Šimonytė	TS-LKD, LP, LRLS	Liberal	2020-
<b>República Checa</b>	Miloš Zeman	CSSD	Não Liberal	1998-2002
	Mirek Topolánek (I)	ODS	Não Liberal	2006-2007
	Mirek Topolánek (II)	ODS, KDU-CSL, SZ	Não Liberal	2007-2009
	Petr Nečas	ODS, TOPo9, VV	Não Liberal	2010-2013
	Andrej Babiš (I)	ANO	Liberal	2017-2018
<b>Roménia</b>	Adrian Năstase	PDSR, PUR	Não Liberal	2000-2004
	Emil Boc (II)	PDL	Liberal	2009-2009
	Victor Ponta (III)	PSD, PC, UDMR, UNPR	Não Liberal	2014-2014
	Ludovic Orban (I)	PNL	Liberal	2019-2020
	Ludovic Orban (II)	PNL	Liberal	2020-2020

Fonte: Elaboração própria

Como se caracteriza o perfil de recrutamento dos ministros liberais? Em que medida a sua experiência educativa e profissional é distintiva? Estarão as principais linhas ideológicas dos partidos liberais refletidas no perfil dos seus governantes? Esta investigação procura responder a estas questões, recorrendo a uma análise comparativa das características educativas e profissionais dos ministros de governos liberais e de governos não liberais. Para o efeito, foram tidos em conta os ministros de todos os governos liberais de países da União Europeia, entre 2000-2020.

Através de uma pluralidade de dados primários (sítios dos governos e currículos oficiais dos atores governativos) e dados secundários (fontes biográficas e jornalísticas), apresenta-se uma análise estatística descritiva que permite diferenciar estes dois perfis num conjunto de indicadores relativos às suas credenciais educativas e profissionais.

Os resultados revelam que os governos liberais tendem a diferenciar-se essencialmente no que diz respeito às credenciais ligadas à área económica. Quando comparados com governos de outros partidos, ministros de governos liberais detêm mais formações e profissões em áreas económicas. Noutros aspetos relevantes, como a importância do ensino privado ou das profissões liberais, essa diferença não se verifica.

---

Imagem (capa):

Joanna Wiszniewska-Domańska "Przed podróżą [Before a journey]" (2001)

